



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 29

Sessão Ordinária Setembro

1.º Reunião em 19/09/2023

Aos dezanove dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Escola Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima, em Esgueira, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco Cunha Picado, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, João Miguel Pereira de Almeida, Rui Miguel Santos Melo Faria, João André Cascais Labrincha, e António Armando de Matos Nabais.

Faltaram os deputados, Joana Filipe Ramos Lopes, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, e Ana Maria Pinho Seíça Neves Ferreira.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, João Filipe Andrade Machado, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rui Jorge Soares Carneiro, e Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Rogério António Gonçalves Cachide, João Miguel Pereira de Almeida, Rui Miguel Santos Melo Faria, João André Cascais Labrincha, e António Armando de Matos Nabais.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José de Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Isabel Alexandra da Conceição Marques, Jerónimo dos Santos Dias, Ana Cristina Valente

Couras, Olegário Augusto da Costa Rocha, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, e Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, se fez substituir nesta reunião da sessão por Daniela Carla Sousa Pinto.⁰⁰²

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu conhecimento do pedido de retomar de funções, desde 04 de Setembro de 2023, do Vogal Carlos Francisco da Cunha Picado, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, não se verificando qualquer oposição pelo plenário.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas da sessão anterior, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 27 – Sessão Ordinária de Junho – 1.ª reunião realizada em 16-06-2023: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Joana Filipa Ramos Lopes, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Pedro Machado Pires da Rosa, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, e Henrique da Rocha Vieira.

Acta n.º 28 – Sessão Ordinária de Junho – 2.ª reunião realizada em 20-06-2023: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Pedro Machado Pires da Rosa, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

- Ponto 1 – Apreciação e votação das propostas de autorização da assunção de compromissos plurianuais:**
- a) das obras de reabilitação do Mercado Santiago e do Parque de Campismo de São Jacinto;
 - b) do contrato de cedência de utilização do terreno do Parque de Campismo de São Jacinto;
- Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 17JUN23 a 11SET23;**
- Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de Auto de Transferência de Competências na Saúde;**
- Ponto 4 – Apreciação e votação das propostas de desafetação do domínio público municipal:**
- a) de parcela de terreno situada na Rua São João da Cruz;
 - b) de parcela de terreno situada nas Agradas do Norte;
- Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “carta municipal de habitação e criação do conselho local de habitação”;**
- Ponto 6 – Apreciação e votação da Moção “Por medidas excepcionais para responder à emergência de falta de residências universitárias em Aveiro”.**

De seguida deu a palavra ao Presidente⁰⁰⁶ de Junta de Freguesia de Esgueira, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, anfitriã nesta sessão ordinária.

Presidente de Junta Ângela Almeida:⁰⁰⁷

“Sejam todos bem-vindos à Freguesia de Esgueira e à nossa Escola Doutor Jaime Magalhães Lima, a quem na pessoa da sua Diretora, doutora Helena Libório, agradeço toda a disponibilidade e amabilidade para estarmos aqui. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, Doutor Luís Souto, na sua pessoa cumprimento todos os membros desta assembleia, bem como toda a equipa técnica.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Eng.º Ribau Esteves, na sua pessoa cumprimento todo o executivo. Estimado público aqui presente e a todos aqueles que nos acompanham através das redes sociais.

Queria antes de mais saudar a iniciativa da Mesa da Assembleia pela descentralização destas sessões e pelo facto de reunirmos aqui nesta escola, requalificada pela Câmara Municipal de Aveiro há cerca de 4 anos e onde também já decorreu uma reunião pública do executivo também ela descentralizada.

Este tipo de iniciativas proporciona aos senhores membros da Assembleia Municipal e ao público em geral, conhecerem melhor o nosso território e, nomeadamente as nossas 10 Freguesias. Sejam elas mais próximas ou mais distantes do núcleo central do nosso concelho.

Conhecer a realidade é sempre para mim uma mais-valia para podermos avaliar e fazer balanços do nosso trabalho realizado. A Freguesia de Esgueira é a Freguesia mais próxima do centro urbano de Aveiro que, pela sua proximidade, fica por vezes difícil a quem nos visita fazer a separação. Contudo, não queremos estar separados, mas sim unidos. A nossa identidade própria e o nosso passado histórico de 508 anos, são já elas marcas diferenciadoras que muito nos orgulham e desafiam a trabalhar o nosso futuro enquanto Freguesia histórica, urbana, jovem e dinâmica que outrora foi conseguido.

Desde há 10 anos que Esgueira tem sofrido grandes e profundas transformações e requalificações, quer a nível urbano, social, empresarial e viário. Os inúmeros e avultados investimentos feitos pela Câmara Municipal de Aveiro, liderada pelo eng.º Ribau Esteves e

também feitos pela Junta de Freguesia de Esgueira, num trabalho de equipa e cooperação têm trazido a Esgueira uma vitalidade que a todos nos deve orgulhar.

Começando desde já por esta Escola onde nos encontramos e que sofreu recentemente uma profunda requalificação, como aliás dizia há pouco um membro desta assembleia que terá feito aqui o seu 12º ano e que a escola estava diferente, para melhor, claramente dando melhores condições de trabalho à nossa comunidade educativa e ao projeto educativo.

A profunda e também requalificação, da integração da Escola das Cardadeiras e Jardim de Infância, no edifício da Escola Aires Barbosa. A requalificação da nossa Escola da Alumieira. A profunda requalificação urbana que ainda vivemos e todos os dias experienciamos desde a abertura da rotunda da Avenida Dom António Francisco do Santos. A requalificação do Centro Histórico de Esgueira, devolvendo a primazia e a importância aos peões, promovendo os encontros intergeracionais e familiares. A requalificação da zona industrial Aveiro/Norte, a nossa zona industrial de Taboeira.

A requalificação viária por todos os cantos da Freguesia. O apoio ao nosso movimento associativo, a aposta em requalificação e construção de espaços de desporto e lazer, como o Cais da Ribeira de Esgueira, o Parque Aventura, o Parque de Santa Luzia, o Parque intergeracional de Taboeira, o polidesportivo da Belavista e a zona envolvente que se encontra em projeto e que pretendemos ainda concluir até final do presente ano.

As nossas diferentes atividades culturais como a tão marcada “Festa Quinhentista”, os nossos projetos sociais, os projetos da Academia “Velhotes Ativos”, promovendo envelhecimento ativo, são, entre outras ofertas, fatores preponderantes para a fixação de quem nos escolhe para viver, trabalhar ou visitar.

O desafio está em continuarmos a trabalhar em equipa em prol do melhor para a nossa Freguesia de Esgueira e, conseqüentemente, para o nosso concelho de Aveiro.

Estou certa que a confiança que os munícipes em nós depositaram e o caminho que trilhámos até hoje, serão e são já, uma marca diferenciadora no concelho de Aveiro e em especial na Freguesia de Esgueira, continuando a nossa identidade histórica, conjugada com a aposta na irreverência jovialidade de cuma Freguesia renovada, continuaremos a querer ser referência nacional em todos os contextos. Obrigada a todos e uma boa sessão.”

Presidente da Mesa⁰⁰⁸

“Queria também agradecer à Professora doutora Helena Libório, a quem já tive a oportunidade de agradecer o seu empenho e dos seus colegas da Direção da Escola, Professor Luís Patrício. Enfim, tudo dá trabalho mesmo um ato tão simples como este é preciso que alguém se disponha a criar as condições para que ele possa ocorrer com a dignidade e as condições de conforto e de trabalho que necessitamos.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Continuando o Presidente da Mesa informou não haver nenhum munícipe inscrito para intervir neste período regimental de intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início ao Período Regimental⁰⁰⁹ de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, excelentíssimos senhores deputados demais concidadãos, excelentíssima executivo. O povo e o país sentem as consequências de décadas de políticas de direita do PSD, e do CDS e do fortalecimento da exploração de quem trabalha. Fruto deste mesmo rumo temos um país marcado pelas injustiças, pelas desigualdades, confrontado com um problema estrutural de baixos salários, para destino de situações de pobreza de quem trabalha, mas onde emergem também os problemas decorrentes da regulação dos horários, uma elevada precariedade, condições salariais e de trabalho que continua a empurrar muitos trabalhadores para a emigração e que dificulta cada vez mais autonomia das novas gerações. A ofensiva que tem contado com a corajosa e determinada resposta dos trabalhadores, que nas empresas e locais de trabalho resistem todos os dias.

PCP saúda as várias lutas dos trabalhadores travadas no concelho de Aveiro, nomeadamente pelos trabalhadores da Funfrap e da UPS. Os trabalhadores da UPS em Aveiro têm vindo a travar uma luta pela exigência da aplicação do contrato coletivo de trabalho, no que às categorias profissionais diz respeito. De acordo com as tarefas que diariamente executam estes trabalhadores deveriam ter a categoria profissional de técnicos de compra. Todavia a empresa, desvalorizando a contração coletiva, considera-os como caixeiros. Mais. Estes trabalhadores lutam também pela regularização dos horários, condições de higiene e segurança no local de trabalho, contra despedimentos ilícitos, pressão e repressão.

Os trabalhadores da Funfrap, em greve pela quarta vez este ano, exigem uma justa e real atualização dos salários. A atualização dos prémios topo de carreira, assiduidade e antiguidade. A atualização dos subsídios de transporte e de alimentação, a redução de horário de trabalho atualmente para as 35 horas, eliminação da precariedade na empresa, uma vez que existem mais de 100 trabalhadores que ocupam postos de trabalho permanente sem vínculo de contrato de trabalho efetivo com a empresa. Impõe-se a revogação das normas gravosas da legislação laboral que visa agravamento da exploração e perpetuação dos baixos salários, nomeadamente a eliminação da caducidade da contração coletiva e a reposição do princípio de tratamento mais favorável ao trabalhador. É uma emergência nacional o aumento dos salários geral dos salários, a regularização das carreiras e das profissões, em particular, o aumento de salário mínimo a partir de Janeiro de 2024, para que uma parte da maior riqueza criada por trabalhadores seja colocada a seu favor e não de acumulação de lucro de capital para fazer crescer a economia e o emprego para aumentar as contribuições para segurança social, aumentos que melhorem as condições de vida, responda a reposição dos salários das últimas décadas e dos elevados níveis de inflação que se prevê entre 2022, 2024, para repor o poder de compra perdido e a subida acentuada dos preços, sobretudo dos bens de consumo, fruto das opções políticas e da política de direita levada a cabo desde há muitas décadas.

É uma emergência nacional o aumento geral dos salários e, particularmente o salário mínimo nacional para assegurar o direito aos jovens a ter filhos, a constituir família para assegurar mais justiça na distribuição dos rendimentos. Não se combate a pobreza, incluindo a pobreza infantil, sem assumir a necessária regularização dos salários e o aumento do salário mínimo nacional de forma significativa. Não se pode ter pensões mais elevadas no futuro sem aumentar os salários no presente, nomeadamente o salário mínimo nacional. Não se dinamiza a economia, sem subir os salários dos trabalhadores que influencia o consumo, a procura e a dinamização do mercado interno. Não se defende a emancipação dos jovens e para que estes possam sair da casa dos pais e concretizar

projetos de vida, é fundamental que tenham vínculos estáveis e salários que lhes garantam condições para construir de forma autónoma o seu caminho.

Não se combate emigração de trabalhadores qualificados nem se fixam trabalhadores da administração pública sem valorizar os salários, as carreiras, as profissões. Não se pode falar de sustentabilidade da segurança social sem se assumir que o aumento de salários é determinante para esse objetivo. Não há país desenvolvido sem trabalhadores valorizados. Os trabalhadores de Aveiro contam com o PCP, como sempre contaram lado a lado na linha da frente da luta que estão a travar para a elevação das condições de vida e em defesa do seu posto de trabalho. Uma luta que é igualmente uma luta em defesa de um Portugal soberano e desenvolvido. Disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia e da Câmara Municipal, Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Esgueira, Senhores vereadores, deputados municipais e restantes Presidentes de junta de Freguesia e restante público presente.

Hoje usamos este período antes da ordem do dia para felicitar o Partido Comunista Português pelo sucesso que está a ter a sua operação imobiliária especial, que está a decorrer no espaço onde se encontrava a vivenda Aleluia.

Sim e nós dizemos onde se encontrava! De facto, a vivenda Aleluia já foi demolida. Foi demolida em pleno mês de Agosto quando a maioria dos aveirenses se encontravam de férias. Assim a demolição pode passar mais despercebida. Mas aquilo que se passou com a vivenda Aleluia não nos surpreende e é paradigmático do regime em que vivemos. Um ilustre ex-militante socialista, de seu nome Henrique Neto, disse recentemente que, Portugal é uma autocracia de fachada democrática.

Pois nós acrescentamos: Portugal é hoje uma autocracia de esquerda, de fachada democrática. E, à semelhança da perseguição de que o Partido Chega tem sido alvo por parte do Tribunal Constitucional, este caso da vivenda Aleluia, também ilustra bem que vivemos numa pseudodemocracia.

Senão, vejamos. O PCP ocupou a vivenda Aleluia nos finais de 1974, imperou então a lei do mais forte, em relação aos proprietários dos edifícios ocupados. E o PCP era o mais forte. Depois com a normalização da democracia o PCP tornou-se inquilino. Até que chegamos ao ano 2006. Em 2006 os proprietários da vivenda Aleluia, senhorios do PCP, anunciaram a sua intenção demolir a vivenda Aleluia para construir no mesmo local um prédio de 5 andares.

A Câmara Municipal de Aveiro então liderada por Élio Maia, recusou o pedido demolição da vivenda Aleluia e justificou essa recusa com base num parecer da Comissão concelhia do património e do Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) que a classificava como de interesse arquitetónico.

Na altura, o PCP, através de um seu dirigente aveirense, de seu nome António Salavessa, considerou a decisão exemplar e salientou a importância dos painéis de azulejos que faziam naquela vivenda um lugar único e salientou também o esforço do PCP na preservação da vivenda.

Passados 8 anos, em 2014, o PCP comprou vivenda, passando de inquilino a proprietário. Analisando esta transação imobiliária numa perspetiva diferente, o anterior proprietário certamente aborrecido com os entraves colocados pelo Instituto Português do Património Arquitetónico e pela Câmara Municipal e, convencido, de que o IPPAR e a Câmara Municipal nunca iriam autorizar a demolição da vivenda Aleluia para lá construir o prédio, optou por vender a vivenda Aleluia aos inquilinos ou seja vender a vivenda ao PCP.

Passados 4 anos, em 2018, o PCP deu então início à sua operação imobiliária especial em Aveiro.

Pediu informações junto da Câmara sobre a possibilidade demolir a vivenda para ali construir um prédio. De lá para cá, como que num passe de mágica, O IPPAR, agora Direção-geral do Património Cultural, instituição estatal de extrema credibilidade, deixou de reconhecer qualquer valor arquitetónico à vivenda Aleluia e a Câmara Municipal de Aveiro também deixou de se opor à sua demolição.

Portanto agora o PCP está a fazer exatamente o contrário daquilo que sempre defendeu, demoliu a vivenda Aleluia, começou a construção de um prédio de apartamentos com 7 andares no mesmo local. Irão estes apartamentos para arrendamento acessível? Mas concluída que está a demolição da vivenda Aleluia, há várias outras questões pertinentes que se colocam: por que valor é que em 2014 o anterior proprietário vendeu a vivenda Aleluia ao PCP? E em que medida é que esse valor de venda foi ou não afetado pela decisão da autarquia de inviabilizar a demolição da vivenda Aleluia?

Outra questão, entre 2006 2023 o que mudou na casa Aleluia, além do facto de o PCP que era inquilino ter passado proprietário? Como é que em 17 anos a Administração Central e Local mudou assim de opinião? Os aveirenses têm o direito de saber a resposta a estas questões. Tenho dito, muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal substituto Rogério António Gonçalves Cachide)

Vogal João Almeida Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Ora boa noite a todos e a todas. Aproveito para cumprimentar a mesa da Assembleia, o executivo, e todos os deputados aqui presentes e a audiência.

Nesta reentrêe política a nível local, o PAN gostaria de focar um problema que aflige a maior parte dos portugueses neste momento e claro que também os aveirenses. Trata-se do um aumento custo de vida, não acompanhado pelo incremento dos rendimentos de quem trabalha e vive no município. Melhor, o incremento correspondente a esse aumento custo de vida. Quanto a aumentos de salários é algo que a autarquia só pode influenciar indiretamente, através da boa gestão e de uma visão estratégica de longo prazo para o município. Mas relativamente ao custo de vida, o executivo pode intervir para atenuar os impactos que os munícipes estão a sentir. Nomeadamente existem duas áreas críticas neste momento, a habitação e os transportes.

No que diz respeito à habitação, na ausência de uma estratégia local para a mesma, o município não pode simplesmente apostar na expansão urbana desqualificada.

Veja-se ausência de espaços verdes e espaço público de qualidade, nesta nova zona por trás da estação que temos aqui tão perto. Apenas temos betão da estradas, os prédios e os parques de estacionamento. Pelo contrário é preciso apostar na recuperação dos imóveis devolutos e dos vazios urbanos, através, por exemplo, do agravamento IMI para estes casos. Mas queria também deixar aqui hoje uma sugestão, nesta altura que tantos alunos voltam para a universidade e que muitos desistem porque não conseguem ter um quarto para viver em Aveiro, não tendo rendimentos ou capital suficiente para suportar esse custo.

Porque não promover um programa municipal de colaboração entre a Câmara, a Universidade e os proprietários de alojamento local, para mobilizar esses apartamentos que têm menos utilização durante os períodos letivos, para poderem ser alugados a estudantes com acordos bem definidos para garantir a saída destes nos meses de Verão. Quanto aos transportes, que estão de certa forma ligados à questão da habitação, pois permitem a pessoas que vivem mais longe vir trabalhar no município ou o seu contrário. É preciso que existe uma rede verdadeiramente interligada, alguém que vive em Espinho,

Águeda ou Albergaria, poder vir de comboio ou autocarro, trocar para outro da Aveiro Bus ou uma Buga, com o mesmo passe, cartão ou aplicação móvel e tudo com tarifas integradas.

Por que é que não temos ainda uma verdadeira solução intermodal de transportes em Aveiro?

Decorre esta semana a Semana Europeia da Mobilidade e Aveiro não tem uma iniciativa que tenha impacto significativo neste regresso às aulas. Como seria, por exemplo, se houvesse transportes públicos e Bugas gratuitas durante estes dias, para as pessoas poderem experimentar, aderir, e mudar de hábitos para o resto do ano.

Não é difícil, vasta ver o exemplo de outras cidades da Europa, como Paris, que fechou várias ruas ao trânsito esta semana e tem uma redução no tráfego rodoviário de cerca de 40%. Ou Veneza, como se diz agora a Aveiro italiana, que tem agora, temos uma colaboração, e que não tem carros nas suas ruas. Mas pode-se aprender com essa experiência e quem sabe os “vaporetos” de Veneza possam ser aqui os autocarros da BusWay e AveiroBus do município. Obrigado.”

Vogal João Labrincha (BE)⁰¹³

Vogal Rui Faria (BE)⁰¹⁴

Vogal Gabriel Bernardo (Chega)⁰¹⁵

Vogal Jorge Greno (CDS/PP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa e o Executivo. Deputados municipais e em especial Esgueira na pessoa da sua Presidente Ângela Almeida. Não passaram ainda muitos anos desde que, de uma forma meio a sério, meio a brincar, se dizia que o distrito de Aveiro podia ser um país independente, pois era autónomo em muitos dos recursos de que necessitava, tinha uma localização geográfica que lhe permitia englobar serra e mar, rios e ria, era atravessado pelos principais eixos de comunicação rodoviários e ferroviários e dispunha de um porto de mar com todas as valências necessárias para se afirmar como um dos principais do país.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia foi necessária a estruturação das estatísticas nacionais de forma a alinhá-las com as europeias e foi adotada para esse fim a base NUTS, que não é mais do que o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões.

O distrito de Aveiro sofreu então o primeiro corte, com a criação de duas NUT III, Entre Douro e Vouga e Região de Aveiro. Como na altura se mantinha a divisão administrativa em distritos, pouca importância foi dada a esta nomenclatura estatística que valia apenas e só para esse fim.

Em 2013, há uma nova revisão das NUT III tendo a Região de Aveiro perdido o concelho da Mealhada para a região de Coimbra e a NUT III Entre o Douro e Vouga desaparecido integrando, com exceção de Castelo de Paiva, a Área Metropolitana do Porto!?

Fica assim a Região de Aveiro reduzida a 11 concelhos, dos 19 que constituíam o Distrito, redução esta que coincide temporalmente com a extinção dos governos civis e, conseqüentemente com a transferência de competências para os municípios e regiões.

Volto a recordar que tudo isto era apenas para fins estatísticos.

Começa em seguida o processo de Descentralização, e, não havendo administrativamente distritos, este processo vai usar as regiões NUT III como base administrativa e, seguramente, quando for assumida a regionalização, será com a base das 25 regiões NUT III existentes e não com qualquer outra divisão.

Apenas um último dado relativo a estas divisões estatísticas.

No momento em que as eleições legislativas passarem a ser efetuadas com base nas atuais NUT III, há 3 Distritos que são claramente prejudicados na sua dimensão e perderão, em consequência, a força que enquanto distritos detêm no parlamento: Braga, Aveiro e Setúbal. Curiosamente, ou talvez não, os Distritos mais importantes a seguir a Porto e Lisboa. Quem ganhará poder com esta nova distribuição se a mesma se vier a verificar? Coimbra e Lisboa — o que não deixa de ser curioso.

Vem esta longa introdução a propósito da necessidade da Região de Aveiro e dos seus municípios se unirem e fortalecerem de modo a evitar ainda mais a redução da sua importância, lutando a uma só voz por aquilo a que temos direito. Infelizmente não é isso a que temos assistido nas últimas semanas.

Fala-se do traçado da futura linha ferroviária de alta velocidade e logo se levantam alguns concelhos que não concordam com as várias opções apresentadas e que, aparentemente, preferem que a linha use um trajeto mais longo desvirtuando desde logo o seu princípio básico de redução do tempo de viagem.

Fala-se da criação da Unidade Local de Saúde e, de imediato, ouvimos Ovar a manifestar-se contra tal facto, de uma forma ruidosa, apenas pelo facto que entendem, erradamente, que os seus municípios deixarão de poder utilizar os serviços do hospital que usam atualmente. O que é falso e já foi publicamente demonstrado pelos responsáveis do SNS.

Com atitudes como estas a região de Aveiro dificilmente se fortalecerá e todos sabemos que há quem, e não são poucos, pretende ver Aveiro dividida e enfraquecida para, dessa forma, poder vir a assumir ganhos que pelos seus méritos e capacidades não o conseguiriam.

Uma Região de Aveiro forte é importante para todos e terá um peso decisivo no desenvolvimento das infraestruturas de que todos necessitamos, como é o caso do Hospital, da faculdade de medicina, do transporte ferroviário de mercadorias, ou também, de uma vez por todas, da possibilidade da Ria passar a gerida por parte daqueles que a conhecem e vivem. Disse.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

“Boa noite a todos. Uma palavra especial para a Presidente de Junta de Freguesia, Ângela Almeida, que nos acolhe aqui e dizer que ouvi a intervenção dela com cuidado e até me identifiquei como o aluno que aqui andei no 12º ano, 12º ano. E a Escola está diferente, para melhor, para melhor. A obra não é muito recente, penso eu que a adjudicação foi em 2017. Já não me recordo quando é que obra foi concluída, mas a obra meritória e devo dizer que o que é absolutamente extraordinário é que não só aqui em Esgueira, como em todas as escolas do país, tínhamos a mania de fazer os blocos e depois com estas ligações aqui onde o pessoal apanhava chuva, nunca percebi bem porquê e esta solução parece muito mais agradável, provavelmente não terá tido um custo tão grande como isso e permite devolver este espaço.

Nunca percebi porque é que as coisas eram feitas assim, até em Aveiro, muitas escolas destas não sei quem é que ganhava com isso. O arquiteto achava graça e fez as escolas todas por este país fora, mas o que é certo é daquelas coisas, como diz aqui o senhor Presidente, ninguém percebe e vão aparecendo. Mas vamos andando, e viva a pátria, como o Senhor Presidente costuma dizer.

Depois ouvi o discurso da Presidente de Junta de Freguesia, Ângela Almeida, para dizer o seguinte, assim como eu não serei penalizado pelo meu partido de dizer que esta requalificação ficou bem. Porque estando na oposição ou na posição, devemos apontar as coisas não lógicas dos cargos que desempenhamos.

Eu esperava que a Presidente da Junta de Freguesia de Esgueira, aproveitasse a sua sessão da Assembleia Municipal, feita na sua Freguesia, para apontar uma série de diretrizes e

fazer algumas exigências, ainda que sem muito ruído ou com alguma inteligência política do seu partido, em relação às exigências de Esgueira, que são algumas ainda. Por muito que Vossa Excelência entenda que tem feito bom trabalho e algum terá feito, é preciso perceber que Esgueira tem uma série de dificuldades, que algumas delas não são nem da sua responsabilidade, provavelmente nem da responsabilidade dos 2 ou 3 Presidentes de junta para trás. Recordo a crónica dificuldade com o estacionamento que resultou de um planeamento, deficiente, quando foi construído aquilo é o Centro de Esgueira, a Quinta do Carramona, e que faz que haja uma pressão de estacionamento absolutamente brutal para qualquer cidadão que vive em Esgueira consegue perceber isso com alguma facilidade. Não foram feitos estacionamentos previstos nos prédios, porque na altura não havia essa exigência, estamos a falar de há 40 anos, não havia essa exigência, mas que é uma questão que, enfim, foi feita a reestruturação aqui do Centro, mas essa reestruturação até retirou lugares em vez de acrescentar, também não teria que acrescentar muito porque não deve ser essa a solução, mas tem que ser pensada uma solução de estacionamento em Esgueira, que eu acho que toda a gente percebe que é uma premência que seguramente que a Senhora Presidente há-de ser confrontada com isso em várias assembleias de Freguesia, o Senhor Presidente de Câmara também várias vezes. E isso tem que ser pensado.

Como também velha tónica do parque desportivo que era atrás dos prédios etecetera e há mais uma série de valências, a zona industrial, mas aí já não é tanto a competência da Freguesia é mais do município, da requalificação da zona industrial e da preparação de uma verdadeira zona industrial no concelho que possa ter algumas valências, porque em Aveiro, muito honestamente, do meu ponto de vista, nunca, nunca foram verdadeiramente pensadas e padronizadas como zona industrial de futuro e deveríamos, enfim, pensar nisso.

Mas isso e por outras núpcias. Gostaria de deixar fora o tema dedicado à Freguesia que nos acolhe e dizer o seguinte. E porque não está na Comunicação Escrita, já vi aqui intervenções feitas sobre a comunicação escrita, nomeadamente sobre o plano da igualdade, penso eu, falaremos disso depois mais tarde. Mas desta obra específica em concreto, tenho que insistir, já insisti 3 vezes. Senhor Presidente, mas tem mais uma vez de ouvir, porque estou convicto que o Senhor Presidente me dará ainda uma quarta resposta sobre isto. É a passagem ali junto do Hospital que tem aquelas lombas. Fiz uma primeira intervenção num determinado momento, já há uns anos. O Senhor Presidente respondeu-me com uma resposta que não convenceu na altura a dizer o financiamento ainda estava a decorrer e, portanto, era preciso ter algum cuidado, porque era preciso concluir o financiamento sob pena que termos de devolver algum dinheiro.

Sim senhor, pareceu-me uma resposta plausível. Depois regresssei passado uns anos, dizendo ao senhor Presidente, então o financiamento comunitário, aquele prazo já temos, já terá passado, vamos lá então fazer a obra, porque as ambulâncias sistematicamente passam ali, aquilo é uma coisa realmente que me inquieta, porque acho que isso também ao Senhor Presidente inquietará e que tem que ter uma solução. E não parece que seja uma obra tão complicada como isso, que diabo. Naquela passagem ali por baixo da ponte-hélio, penso que não é preciso explicar que é aquela ponte em caracol que o Presidente Élio Maia, presumo eu, terá sido a única obra que fez no concelho nos 8 anos que cá esteve, e é aquela passagem que causa ali alguns problemas.

O Senhor Presidente, depois na segunda vez que lhe perguntei, fez-me uma descrição técnica dos pisos elevados, das subidas, das inclinações, dos materiais, da forma de abordagem técnica que eu retive e até aprendi com a explicação que me deu. Mas o problema é que não resolveu coisa nenhuma e o problema, independentemente da solução técnica, lá continua por resolver e não me parece seja uma obra tão cara como isso.

Mais. Se o Senhor Presidente me dissesse assim, não vai poder ser agora, porque não temos a capacidade financeira para lançar obras no município, eu até percebia, mas não é o caso,

como é evidente. Aliás, o que não faltam são obras no município. Mas o que me parece a mim é que falta aquela e não me parece seja tão cara como disse. E, portanto, Senhor Presidente, como é que estamos em relação à obra? O Senhor Presidente vai resolver ou não e quando.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

“Senhora Presidente de Junta de Esgueira, minha cara amiga Ângela Almeida, desejava em nome do PSD agradecer a receção e a estadia nesta sua/nossa Freguesia, muito Obrigado. Senhor Presidente Mesa, Senhor Presidente do Executivo, na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e os cidadãos que nos assistem on-line.

A vida é a vida! A vida é o trabalho é a correria de um lado para o outro e para todo o lado. A vida é o stress do dia-a-dia, das coisas feitas e das coisas não feitas.

A vida é o que fazemos, o que projetamos, mas é também o que não fazemos ou não conseguimos fazer. Mas, a vida é muito mais que esta vida.

A vida vai muito além disto, a vida vai para lá desta correria do dia-a-dia que só tem 24 horas. A vida, o nosso viver, o nosso dia-a-dia vai muito para lá desta vida.

A vida que vai para lá desta vida é a família, são os amigos, são os sentimentos de e por pessoas presentes e ausentes.

Em nome do PSD/Aveiro e da bancada do PSD aqui presente, queria deixar um voto de pesar nestas curtas e singelas palavras de homenagem ao Senhor José Joaquim Pires Esteves, cidadão da Gafanha da Encarnação e pai de José Agostinho Ribau Esteves.

Ao cidadão José Ribau Esteves e porque a vida vai muito além da câmara municipal, das maiorias absolutas, da grande capacidade de realização de obras para bem de Aveiro e dos Aveirenses.

Por isso o PSD Aveiro neste ponto do PAOD quer deixar aqui esta mensagem de pesar ao Senhor José Joaquim e um abraço de amizade e de conforto ao cidadão Ribau Esteves.

Esta é a intervenção do PSD no PAOD e que gostaríamos que ficasse registada em acta.”

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[020](#)

“Senhor Presidente, caros colegas, em primeiro agradecer esse vosso gesto, do Manuel e de vários colegas que tiveram essa atitude e agradecer. E vamos à vida.

Há uma questão que eu quero deixar clara na intervenção do Gabriel Bernardo. A operação que o Partido Comunista nos propôs e que licenciámos é um ato positivo para urbanidade de Aveiro.

Os painéis de azulejos estão todos recolhidos. Com o trabalho feito por uma das melhores empresas portuguesas da especialidade. Teremos um tempo para as expor publicamente, aliás, a data da exposição está marcada. Porque sabem que isto é muito bonito do património ser preservado, mas há uma outra questão ao lado disso que é mais bonita do que essa. É o património ser fruído. Quem é que conhecia de vocês aqui presentes, não sei se António Nabais alguma vez lá entrou, porque isto nas sedes do Partido Comunista não entre qualquer um, nem mesmo sendo militante. A questão é algum de vocês conheceu algum dos fantásticos painéis de azulejo do interior da sede do PCP que já ninguém se lembrava que se chamava casa Aleluia? Mas que agora deu jeito ser mais bonito do que sede do PCP. Para mim não. Como democrata, aquele edifício já deixou de ser casa Aleluia há muitos anos e já há muitos anos que é sede do PCP. E se eu honro, como sabem que eu honro o Chega, como partido da extrema-direita, honro de igual forma o Partido da

extrema-esquerda como é o PCP. Com uma vantagem para o Chega, é que o Chega não é a favor da Rússia na guerra contra a Ucrânia nem a favor da saída de Portugal da NATO como é o PCP.

Portanto, o Chega aqui leva algumas vantagens.

Mas deixar claro, licenciámos com gosto. Vimos a demolição ocorrer com alegria, como veremos agora o edifício que está licenciado acontecer. Como verificámos também que a empresa do PCP que gere o processo, que chama-se EGIC, fez a operação de remoção dos painéis que já entregou na Câmara Municipal, com grande qualidade. Agora vamos poder disponibilizá-los democraticamente a todos. Aqueles que acham, só porque a casa está pintadinha de amarelo e branco e tem um ou outro painel de Azulejo interessante e com valor, que a temos que a preservar, não sabem o que é património! Não sabem o que é a capacidade financeira para manter o património.

E, portanto, esse trabalho, aliás eu fui alvo de uma notícia de uma revista célebre do grande grupo de comunicação de Portugal, a acusar-me de coligação, não sei se com ó ou se com outra qualquer vogal, com o Partido Comunista Português! E embora tenha a maior respeitabilidade e distância ideológica absoluta para com o PCP, tenho a maior respeitabilidade e em relação a esta operação de licenciamento, como tantas outras, são milhares as que nós fazemos, estamos felizes da nossa vida. Fizemos bem e vamos democratizar o acesso dos aveirenses e de todos os cidadãos que o queiram fazer, porque Aveiro tem, não sei se sabem todos, um dos mais fantásticos bancos de azulejos do país há já muitos anos. Não foi uma invenção nossa. Agora enriquecido com mais um conjunto de painéis da sede do PCP, daquela que já ninguém conhecia como a vivenda Aleluia.

Mas como em Portugal, na fonética da gramática e na cultura judaico-cristã e político democrática de 50 anos, a palavra “Aleluia” ainda é mais bela do que a sigla PCP, alguém quis nos últimos tempos esconder a sigla PCP, mesmo sem relação qualquer com Aleluia, referenciada por aquilo que Jesus Cristo fez na sua presença na terra, na sua relação com o seu pai Deus, mas deu jeito fazer a ressurreição da casa Aleluia e fazer esquecer aquilo que ela é e tem sido há muitos anos como a sede do PCP.

Pelo menos uma grande vantagem urbana. O prédio mais horrível de Aveiro, com mais pisos na Avenida Doutor Lourenço Peixinho vai finalmente ser melhor enquadrado em termos urbanos, que é o prédio da autoridade tributária, que fica do lado direito de quem está virado de frente ou de lado poente, para quem se quer referenciar em relação ao terreno do Partido Comunista Português.

Uma nota muito simples em relação ao que disse o João Almeida, para dar conta do seguinte. Eu pedi à universidade para me dar conta dos números mais exatos possíveis sobre os alunos que desistiram da sua matrícula nossa universidade por causa do alojamento. É evidente que o PAN já sabe! O PAN anda sempre à frente do tempo e fora do mundo. O PAN já sabe que são muitos. Isto trazido para matemática, numa universidade que recebeu cerca de 2.200 caloiros, muitos serão quantos? Serão quantos muito. Portanto vamos ter calma para saber quanto são muitos. Para mim muitos tem que ser de 20% para cima. Embora se forem 10% já acho que é um número relevante, não aplicando a palavra muitos. Mas não digamos disparates, porque os casos que nós conhecemos, até porque as pessoas escrevem-nos emails porque acham que o Presidente da Câmara é que tem que fazer residências universitárias e que manda na reitoria e que manda no Governo do país, que são os que deviam ter construído residências universitárias nos últimos 20 anos e não o fizeram. E andaram a fazer outras coisas com o seu dinheiro, que não vou dizer que foram todas malfeitas é o que mais faltava, fizeram muitas coisas bem, mas esta é que não se fez.

E, portanto, tranquilos. Agora convencer empresários, gestores do alojamento local, para deixarem a operação e passarem a colocar estudantes é de quem não percebe nada do que é a realidade de Aveiro. Porque o turismo de Aveiro já não é o turismo de Julho e Agosto.

O turismo de Aveiro vai de Janeiro a Dezembro. E quem não sabe isto, obviamente, está fora do mundo, que é o sítio onde em regra anda o PAN.

Quanto aos transportes dar conta que nós temos um trabalho que está em fase inicial. Eu diria que o 1º dia de plenitude de função foi o dia de ontem. Com a empresa da operação da BUSWay, começou na Região de Aveiro no dia 1 de Agosto e o 1º dia de vida plena, foi o dia de ontem, porque foi enfim, verdadeiramente o 1º dia de aulas, que é o dia que marca o regresso da vida normal e da plenitude da operação da BUSWay, que ainda não está na sua plenitude. Tem problemas para resolver, tem obviamente crescimento para fazer em termos quantitativos e qualitativos da operação, para poder estar tudo bem.

Questões no futuro, para podemos melhorar a integração, nomeadamente com outras regiões, temos trabalho já feito, protocolos assinados com o Porto, com Dão Lafões e com a região de Coimbra para irmos a trabalhar esta matéria. Temos protocolos assinados e trabalho feito. Nós temos primeiro que estabilizar bem a nossa operação para termos competências para trabalhar a esse nível.

Quanto a tirar carros como em Veneza. Obviamente, só quem não sabe o que é Veneza! Porque não há carros em Veneza. Aliás, é muito interessante conhecerem uma terra em que se anda a pé, em que a recolha do lixo é feita de carro de mão, em que o fornecimento das lojas, que são imensas, da chegada de matérias-primas e partida de produtos finais é feito em carros de mão. Enfim, diria o PAN e Bloco de Esquerda que é a exploração da mão-de-obra de um ser humano. Mas sem carros de mão não há alternativa, tem mesmo que ser de carro de mão. Não se anda de bicicleta por questões de segurança dos peões e, portanto, é interessante para alguns fundamentalistas conhecer o fenómeno urbano de uma cidade onde vivem 260.000 pessoas e onde há milhões, o número de estatísticas formais fala em 9 milhões de turistas por ano. Lá em Veneza eles têm a mania de dizer que andam entre 32 a 35 milhões. Enfim, escolham um numero qualquer, não é a questão seja importante.

São 9 milhões como diz a estatística ou dos trinta e tal como dizem os italianos.

Quanto ao plano municipal de igualdade dizer ao Bloco de Esquerda. O Bloco é sempre um partido que anda descomandado e, portanto, nós tivemos uma aprovação na Câmara, foi aberto uma participação pública, recebemos 2 participações, nenhuma do Bloco de Esquerda, está inscrito para na nossa ordem de trabalhos que emiti hoje às 3 e meia da tarde, o plano vai à Câmara, portanto recolhemos as propostas, aliás uma delas muito obrigado professora Helena, foi exatamente do Agrupamento de Escolas de Esgueira, da Jaime Magalhães Lima, obrigado e um beijinho à Helena Libório e, portanto, fizemos alterações e vai a câmara na quinta-feira, para vir a nossa assembleia ordinária de Novembro/Dezembro, e eventualmente, já disse ao nosso Presidente, eventualmente solicitar uma assembleia extraordinária, não só para tratar dessa matéria, mas de algumas outras que estamos a trabalhar para que possam ser deliberadas na reunião de Câmara de 6 de Outubro. Portanto, independentemente do plano estar bem orientado sexualmente o Bloco de Esquerda está completamente desorientado, traz propostas fora do dia, discute uma matéria fora da ordem de trabalhos, e transforma o plano numa plataforma de estruturação sexual, que não tem nada a ver com aquilo que são os objetivos do plano. Mas sobre isso, com todo o gosto, seguramente com a aprovação que a Câmara Municipal fará na reunião de quinta-feira, obviamente, seja na nossa reunião ordinária, seja numa reunião extraordinária, cá estaremos a discutir o plano com os contributos que o Bloco de Esquerda não quis dar em tempo útil. Porque, obviamente, não vou alterar depois a proposta que já alterámos com os contributos que recebemos. Não vou agora alterar a proposta está já

agendada para quinta-feira e entregue aos seus vereadores para estudo e avaliação na próxima reunião de quinta-feira.

Uma nota ao Rui faria sobre as cruzes suásticas e os insultos aos imigrantes. O pior que nós podemos fazer na minha modesta opinião, a quem tem atitudes estúpidas como essa ou tantas outras, porque V.exa se quiser uma coleção de graffitis a dizer disparates, alguns deles acusatórios e ofensivos a honra e dignidade do Presidente da Câmara, eventualmente escrito por simpatizantes do Bloco de Esquerda, tenho um dossier com fotografias sobre essa matéria.

O pior que fazemos a essa gente, que até pode ser gente boa, mas nos momentos em que faz coisas dessas é gente que não presta, é fazermos intervenções sobre a sua criatividade. Nós acolhemos os nossos emigrantes, tratamo-los com dignidade, e não é uma estupidez de alguém que fez uma estupidez que não é só esta, há várias outras, que nos leva a ficar perturbados, porque nós defendemos os nossos imigrantes. Quem faz coisas dessas de tão baixa qualidade e dignidade, não ofende ninguém. Apenas confirma perante os outros, e com a cobardia do ato anónimo, a sua estupidez e a sua mediocridade.

Jorge Greno. Quero apenas dizer que, ainda bem que acabou o Distrito de Aveiro. Viva a Região de Aveiro. Os aveirenses, especialmente aqueles que vão lá para o Governo, terem poder e terem é que trabalhar mais por Aveiro e não mandar fazer artigos de jornal por causa de pássaros, ou demitirem-se porque não se entendem com os seus Ministros.

E, portanto, aquilo que nós temos que fazer é que os aveirenses tenham a capacidade de exercer poder quando o têm! E é só por aí que nós podemos conseguir ter mais poder.

O Distrito resolveu alguma questão das que referenciou? Nenhuma. Nem a região de Aveiro de per si, circunscrita, o vai resolver. Somos nós políticos e somos essencialmente nós aveirenses que quando temos poder na dimensão nacional, que temos que assumir a nossa condição, em vez de andarmos a fazer coisas que não interessa para nada, como artigos sobre pássaros ou demissões que obviamente lhe retiram poder.

Pires da Rosa, apenas deixar aqui uma nota sobre as dificuldades de estacionar em Esgueira. Pensem no que seria no centro da cidade de Aveiro nós não podermos estacionar nos terrenos da Savecol ou da Paula Dias? Ou não podermos estacionar nos terrenos da Otis Hotéis à frente do Hotel Mélia.

O nosso problema em Esgueira é que os proprietários grandes, dos terrenos grandes do Centro de Esgueira (e são 2) não nos deixaram fazer, como nos deixou-o fazer a Savecol há muitos anos e como nos deixa fazer à menos anos o atual proprietário, porque o anterior também já deixava, os terrenos privados da Otis Hotéis que ainda não têm uso, para podermos estacionar.

O problema em Esgueira desses 2 proprietários é que às nossas solicitações disseram egoisticamente não. E, portanto, continuaremos a trabalhar, sabendo que isto é Estado democrático, há propriedade privada e a capacidade do agente público de agir sobre a propriedade privada tem limite, como vexa obviamente bem conhece.

Continuamos a trabalhar à procura de soluções para aumentar esta oferta, sabendo que, obviamente, é verdade, que o planeamento urbano no tempo em que foi feito, não cuidou à lógica de necessidades de hoje. Terá cuidado às lógicas de necessidades da altura, da capacidade de estacionarmos viaturas no espaço privado, porque é aí em primeira instancia que elas têm de ser estacionados.

Quanto ao Hospital deixo isso para o primeiro ponto, porque é uma coisa muito interessante e muito querida. Quero terminar a minha intervenção do PAOD com um abraço à nossa Presidente Ângela Almeida. Continuamos a trabalhar arduamente numa Freguesia que estava abandonada, que era a terra dos bicudos no mau sentido termo, os marginais. Hoje continua a ser a terra dos bicudos, mas no sentido positivo de tradição honrada, mas de modernidade, de investimento, de qualificação. Lembrando nós, de coisas

que já não nos lembramos, o que eram os cuidados de saúde primários prestados nesta terra, etc, etc. São tantas coisas. A nossa Presidente deu uma nota muito sumária. Muito importante o que já fizemos e é muito importante o que vamos continuar a fazer do que está a acontecer hoje e tudo o que vai acontecer, que é bastante, até ao final do nosso mandato ali por Outubro de 2025. Muito obrigado.”

Concluídas as intervenções do Período Regimental de Antes da Ordem-do-dia, o Presidente da Mesa iniciou a *Ordem-do-dia* da Sessão.

Ponto 1 – Apreciação e votação das propostas de autorização da assunção de compromissos plurianuais:

- a) das obras de reabilitação do Mercado Santiago e do Parque de Campismo de São Jacinto;**
- b) do contrato de cedência de utilização do terreno do Parque de Campismo de São Jacinto;**

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 03/08/2023 sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²¹ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“De forma muito simples. Trata-se apenas de um procedimento administrativo para podermos, espero que consigamos que seja na próxima reunião de câmara lançar os 2 concursos, o de Santiago em segundas núpcias porque tivemos um primeiro concurso sem concorrentes, o do Parque de Campismo São Jacinto em primeira instância, ainda há questões administrativas em relação ao parque de campismo São Jacinto por causa dos pareceres formais. Mas pronto, espero que ainda consigamos resolver o que ainda falta para podermos lançar os concursos destes 2 equipamento em na próxima reunião de câmara. Espero que tudo corra bem. Seja na próxima, seja numa outra próxima, precisamos deste quadro orçamental pronto para que o enquadramento orçamental seja feito, de forma que quando chegarmos à adjudicação, à assinatura do contrato e ao Visto do Tribunal de Contas tínhamos o processo administrativo perfeitamente tranquilo.

Portanto aqui não está nada em causa que não seja este ajustamento à estrutura orçamental, que tem que ter esta marca plurianual para nós podermos dar seguimento à parte principal que é o lançamento dos 2 concursos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

“Muito boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes. A minha questão é muito simples. Só para perceber. A reprogramação tem a ver em termos de conceito no período da programação que estava feita e que foi reajustada. A minha pergunta, objetivamente, se estamos a falar apenas de uma reprogramação em termos de calendário ou se há aqui uma introdução nova do ponto de vista orçamental?”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

“Versando as duas alíneas do mesmo assunto vamos analisá-las em conjunto. Assim tratando-se de um processo puramente burocrático e administrativo, de projetos já aprovados e com cabimento financeiro, nada mais nos faz dizer que votar favoravelmente.

No entanto, não deixaremos de referir que se trata de 2 grandes projetos. Um a requalificação/reabilitação do Mercado de Santiago e dois a cedência do terreno do Parque de Campismo de São Jacinto para a sua requalificação/construção.

Estes 2 projetos resultam da opção política deste executivo e desta maioria de qualificar o Edifício Municipal para bem de Aveiro e dos Aveirenses.

No PSD sentimo-nos confortáveis nestes 2 projetos tanto no do Mercado Manuel Firmino que devido à sua idade e uso, precisa de obras de qualificação de elevada monta, no que concerne ao Parque de Campismo de São Jacinto e à sua requalificação/construção é premente, depois da péssima, má e irresponsável, gestão da Junta do Partido socialista.

Convidamos a oposição a votar favoravelmente este ponto, pois a execução plena e atempada destas obras pelo Executivo levará a uma melhoria de vida dos Aveirenses e de quem nos visita.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

“Muito obrigado. Está aqui em causa é a plurianualidade da despesa. Aquilo que posso dizer objetivamente, enfim, lá iremos na reunião de câmara. É que em relação ao Orçamento de base do segundo concurso do Mercado de Santiago, o valor de base do concurso vai ser superior ao do primeiro concurso. Uma coisa acima dos 12%, por aqui.

Em relação ao parque de campismo São Jacinto, claramente aquilo que vai ser o valor que vamos colocar no concurso vai ser claramente superior em cerca de 50% àquilo que era o nosso valor de base antes quando começamos a pensar no assunto.

Portanto deixar isto aqui com clareza, os números finais, enfim, serão públicos na nota de imprensa da reunião de câmara que fará a deliberação.

O que interessa aqui é que de facto nós criamos estas condições administrativas de base para que os concursos possam prosseguir. Repito, estamos em afinações finais. Ainda há questões com o parecer formal com as entidades. Estas discussões de um país doido não é, porque, de facto, temos coisas que enfim são inacreditáveis. O parque de campismo existe fisicamente, mas não existe legalmente. Não vamos construir nada de novo, para que é que são os pareceres, para que é o licenciamento das entidades públicas, enfim um embrulho.

Mas enfim, estamos a trabalhar para criarmos então as condições para podermos lançar os concursos. E este é um ato administrativo necessário para o podermos fazer. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação Ponto 1 – Apreciação e votação das propostas de autorização da assunção de compromissos plurianuais:

- a) das obras de reabilitação do Mercado Santiago e do Parque de Campismo de São Jacinto, sendo a proposta aprovada por maioria⁰²⁷, com trinta e três votos a favor (PSD18+CDS5+CH1+PS5+PAN2+BE2), uma abstenção (PCP1) e zero votos contra.**
- b) do contrato de cedência de utilização do terreno do Parque de Campismo de São Jacinto sendo a proposta aprovada por maioria⁰²⁸, com trinta e três votos a favor**

(PSD18+CDS5+CH1+PS5+PAN2+BE2), uma abstenção (PCP1) e zero votos contra.

Seguiu-se a seguinte declaração de voto:

Vogal João Labrincha (BE)⁰²⁹

“Gostaria só de deixar claro que nós votámos favoravelmente, porque depreendemos que estas estruturas continuarão a ser públicas e não serão concessionadas a privados. Saudamos por isso o investimento público para recuperar infraestruturas públicas. Obrigado.”

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 17JUN23 a 11SET23.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰³¹ para apresentação do documento sobre a Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³²

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

“Senhor Presidente, senhor Presidente da Câmara, como não descortinamos na comunicação gostaríamos de perguntar e porque se falou até nas escolas, o ano letivo começou oficialmente no dia 12 Setembro, sei que a comunicação é só até 11 de Setembro, mas possivelmente de certeza que já sabiam, porque fazem sempre um bom trabalho, quais os níveis de cobertura dos assistentes operacionais nas escolas do concelho?

Outro ponto outra questão era o ponto da situação do arranque da mobilidade elétrica dos barcos turísticos tradicionais?

E por último, o que já está pensado para o Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, relacionado com o que estava no projeto Aveiro Polis?

Por fim, na Comunicação no ponto 1, independentemente do que o senhor Presidente possa afirmar relativamente à bondade das obras junto ao Canal Central, na Rotunda e no Rossio, e tentando esconder o tremendo impacto negativo que estão a ter na atividade local, o facto é que o seu prolongamento interminável causa prejuízos reais, incómodos, má imagem, até acidentes pessoais.

A ligeireza com que os empreiteiros constroem estruturas de proteção, que não resistem ao vento e que caem sobre o espaço da circulação muito diminuto, a possibilidade de alguns arames que ferem transeuntes, turistas ou não, os engarrafamentos humanos na estreita passagem deixada na passagem para a rua dos Mercadores, vindos da rotunda, é da evidente responsabilidade da Câmara por falta de fiscalização e controlo.

Este prolongar indefinido de obras que não é exclusivo do centro da cidade, provoca acrescidas dificuldades ao trânsito e ao abastecimento diário das principais atividades nas áreas referenciadas.

Gostaríamos que nos trouxesse, por favor, da estatística que terminou a 20 ou 25 de Julho e diga-nos qual o decréscimo nesse período, ao incluir o curto período do epifenómeno do impacto em Aveiro da jornada Mundial da Juventude, de 26 a 31 de Julho, a realidade observada é absolutamente distorcida.

No ponto 37. A câmara aposta no reforço da oferta de transportes públicos de AveiroBus. É feita uma descrição da aposta da Câmara de reforçar a estruturar a oferta de transporte público rodoviário da AveiroBus, para dar resposta ao crescimento do número de habitantes e turistas obviamente económico, social e urbano, município e da cidade de Aveiro e bem. Mas no ponto 49, a operação BusWay refere-se mais propriamente à Freguesia de São Jacinto, contrariando o conteúdo justificativo do anterior ponto 37!?

Em atenção ao descrito é de concluir que São Jacinto foi proscrita do concelho e da cidade de Aveiro, sendo a única que saiu da alçada da AveiroBus tendo sido empurrada para BusWay da CIRA.

Anteriormente a AveiroBus sempre garantiu através da linha 13, que ligava diretamente o concelho ao ferry, servindo deste modo a Freguesia de São Jacinto. Porém foi tornado público a supressão desta linha, acrescentando que seria substituída pela linha 36.

Ora a rota da linha 36 que sempre existiu na Transdev, efetua, como já acontecia, a ligação entre a Cidade e a Praia da Costa Nova ou Barra, passando pelas Gafanha da Encarnação e da Nazaré e o Forte da Barra.

Na verdade, o que aconteceu foi que o novo contrato de transporte para a nova operadora limitou-se a suprimir a linha 3 entre Aveiro e o Forte da Barra, direta, com a justificação da existência de outra rota. Das 2 linhas se fez uma, como se fosse a mesma coisa ou servindo o mesmo propósito ou a mesma população, optando por prejudicar a população de São Jacinto.

A entrada em funcionamento do novo modelo da BUSWAY aconteceu da pior forma para os trabalhadores de São Jacinto, criando o caos ainda hoje por resolver. Carreiras da manhã da linha 36 por efetuar com gravidade para os trabalhadores e estudantes. Durante o dia constantes, supressões, afetando quem se desloca à cidade para tratar dos mais variados assuntos como exemplo consulta hospitalar, ficando horas eternas à espera transporte ou faltando até às consultas. No final da tarde, a saga mantém-se com os trabalhadores a chegarem tardiamente a casa depois de um dia de trabalho.

Em 1945 foi um marco histórico para a cidade, mais precisamente de regozijo para a para a Freguesia da Vera Cruz, porque foi o ano de início dos transportes da Costa de São Jacinto e da ligação a sua cidade com embarcações construída nos antigos estaleiros de São Jacinto e pertença dos mesmos. Com o fim dos estaleiros de São Jacinto as lanchas foram entregues à empresa de transportes Aveiro e os próprios transportes passaram a fazer-se e bem pelo Forte da Barra por via fluvial e rodoviária pela empresa de viação aveirense, Transdev e AveiroBus, até ao finito dia 31 de Julho deste ano. Daqui para a frente, ou seja, desde 1 de Agosto, é uma autêntica saga nos transportes entre São Jacinto, Aveiro e vice-versa, com estes a serem entregues à BUSWAY como foi referido. Observa-se então que, após 68 anos, foi São Jacinto descartado do concelho e empurrado para o transporte da CIRA. A partir daí, aqui tudo parece surreal, horários insertos, desconcertados, não condicentes e interligados com o Ferryboat, falta de carreiras, títulos e passe de transporte não reconhecidos, etc. Mais parecendo um mundo, com outro mundo à parte.

No ponto 65, mais do que o socorro a esta situação, mas na verdade é que nada é de nada! Pois na verdade tudo está na mesma. Com erros lamentáveis, como é o caso da linha 36, chegar ao Forte da Barra às 23:35 de horário e a partida do ferry marcada para as 23:30! Pasmese. Lamentavelmente não nos parece que o grupo de trabalho citado concomitantemente com o Presidente da Junta de São Jacinto tivesse assim dado qualquer fruto. Com efeito, os problemas transporte mantém-se sobretudo para os trabalhadores e estudantes, afetando gravemente os empregos e provocando instabilidade nos estudantes, deixando os de idade mais precoce completamente desamparados com e horas

intermináveis à espera do transporte com todos os perigos à espreita que a sociedade hoje atravessa.

Não é com este tipo de procedimentos que o PART visa atrair passageiros para transporte coletivo. O investimento em transportes públicos tem reflexos imediatos na qualidade de vida das populações, nas metas de descarbonização, da economia, e do descongestionamento da Cidade.

A indignação está presente nos fregueses de São Jacinto e faz-nos pensar que no concelho existem Freguesias de primeira e de segunda ordem espalhando o sentimento de discriminação e desigualdade. Independentemente da sua vocação geográfica, todos os municípios fregueses têm o direito de fruir de igualdade de tratamento, seja no acesso à educação, aos cuidados de saúde, à mobilidade e aos demais direitos constitucionais. Os fregueses de São Jacinto requerem a ligação rodoviária à sua cidade, quer se chame linha 36, 100 ou 1000, quer seja direta ou não ao seu concelho, mas seja digna e de qualidade.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[035](#)

“Senhor Presidente, queríamos colocar algumas questões, primeiramente relativamente a algumas despesas inseridas no portal nos últimos meses. Portanto, a Câmara promoveu um evento comemorativo dos 50 anos do jornal Expresso, no qual gastou 20.000 euros na aquisição de serviços, para produção da Conferência do Expresso.

Os aveirenses já são dos que pagam mais impostos municipais no país e, portanto, gostaríamos de saber qual a relação custo benefício deste investimento e porque é que o Senhor Presidente da Câmara optou por fazer isto com o Expresso, esta atitude, e se o faria com outros jornais menos conhecidos. Ou provavelmente não tão próximos se calhar (entre aspas) do poder.

Também no portal Base.Gov tem lá uma outra despesa que nos chamou a atenção de 90.000 euros na aquisição de material impresso com fornecimento de conteúdos para a edição da agenda. Aveiro On!? Uma questão que gostaríamos de colocar, se não poderiam por exemplo ter distribuído digitalmente esses conteúdos, poupando esse dinheiro ao erário público.

Diga-nos apenas se confirma essa notícia ou se desmente e quais os motivos dessa decisão, julgo haver aveirenses interessados em ouvir uma resposta.

Quanto à obra de requalificação do Rossio, uma breve nota. Pronto, o Senhor Presidente da Câmara diz que sempre corre tudo na perfeição, mas nós sabemos que muitos moradores e comerciantes queixaram-se. Consideramos que, eventualmente teria sido possível ter feito uma gestão diferente da obra, para evitar que as obras na rua João Mendonça calhassem exatamente em Julho e Agosto. Talvez gerindo a obra de outra maneira, se poderia ter evitado que o ponto das obras na rua João Mendonça fosse exatamente no pico do turismo de verão.

Depois fala no Ponto 4 que Aveiro recebeu o Conselho de Ministros. E fala da premência da criação e ativação do curso de Medicina na Universidade de Aveiro.

Nós gostaríamos que nos fizesse um ponto de situação relativamente a este assunto. E gostaríamos também de perceber um pouco melhor qual é neste assunto, o nível de interação entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Universidade? Faça-lhe uma pergunta muito concreta, o sucesso ou fracasso desta candidatura vai ser responsabilidade única e exclusiva da Universidade ou vai ser responsabilidade de ambos, da Universidade e da Câmara Municipal de Aveiro. Gostaríamos de uma resposta concreta a esta pergunta.

Eu termino com a questão do Plano Municipal para Igualdade. Só uma questão genérica, portanto, espero que isto vá ser discutido posteriormente, numa conversa bastante interessante que teremos aqui no futuro. Eu só lhe queria perguntar, este Plano Municipal

para a Igualdade, isto é uma coisa nova, portanto, isto é obrigatório? É uma obrigação para todas as Câmaras do país. É uma exigência da União Europeia para a Câmara Municipal de Aveiro poder receber Fundos Comunitários? Porque a nós, até pelo modo como está escrito parece-nos que é um plano para cumprir um bocado calendário, satisfazer algumas agendas e diretrizes externas ao município. Não. Não são diretivas europeias? É uma diretiva europeia que obriga os municípios. Pronto. Tenho dito. Obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[036](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha aqui ou pela Internet. Gostaria de começar pelo ponto 13, relativamente às Bugas, no documento faz parecer que corre tudo bem, mas na última Assembleia Municipal eu aponte algumas falhas do sistema de partilha das bicicletas. Quais já foram resolvidas e quais são conhecidas, mas ainda não tiveram resolução favorável?

Relativamente ao ponto 36, relativamente ao Festival dos Canais, este ano continuámos com um outro problema recorrente que é, há muitas pessoas que se queixam da informação ou não conseguem perceber quais a atividade vai acontecer e a que horas vai acontecer, gerando alguma confusão e às vezes esperando em sítios onde já não vai haver qualquer tipo de atividade.

Gostava ainda de questionar relativamente à recolha seletiva de resíduos compostáveis. O Senhor Presidente alegou falta de capacidade do atual aterro para não avançar com a recolha seletiva para toda a população destes compostos. No entanto, está assegurado para a restauração e a hotelaria. Mas o objetivo da diretiva europeia era a sua implementação até ao final deste ano de 2023. Questiono se já existe alguma evolução relativa a este tema. Há alguma perspetiva de datas para a implementação para a recolha de compostáveis para toda a população? Obrigado.”

Vogal Rui Faria (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[037](#)

“Relativamente ao ponto 37 - transportes urbanos. Finalmente, o executivo reconheceu que são precisos mais e melhores transportes públicos. Sempre defendi e sempre defendemos e sempre nos foi dito que esse tipo de gestão que era o concessionário privado. Sempre disse que o privado sabe gerir melhor que o público. Relembro que 66% do grupo Transdev pertence o Estado Francês, através da sua empresa de investimentos. Afinal, não é o setor privado que é melhor que o público. O setor público francês é que é melhor do que o setor público aveirense. afinal algo era preciso ser feito em Aveiro. Os horários dos transportes e os horários de quem trabalha em Aveiro, raramente se encontram.

Quem trabalha no comércio e sai às 11 da noite, como vai para casa? Ou vai de carro ou não vai. Quem trabalha em fábrica e entra bastante cedo ou sai bastante tarde, como faz? Tem que ter carro próprio, porque senão não consegue cumprir os seus horários.

E, por último, não é justo para quem procura trabalho ter que fazer a triagem de oportunidades em função dos horários completamente desajustados com a realidade horária das empresas do nosso distrito. Urge adequar os horários dos transportes à realidade dos aveirenses, com preços e horários que realmente lhes sejam úteis.

Nós em Design é-nos ensinado que a estética não pode pôr em causa a funcionalidade. O plano dos horários, o plano dos transportes em Aveiro no papel até pode ser espetacular, pode ser bonito, mas se não for funcional para os aveirenses, não é útil.

Em último, gostava de fazer uma pergunta. Eu como utente e foi-me chegado também a mim várias situações, as informações dos horários que estão nas paragens não coincidem os

horários que os autocarros realmente cumprem. Gostava de saber se dá para fazer alguma coisa, porque eu próprio, como utente, interpelei o condutor e o condutor do autocarro disse-me que já foi múltiplas vezes avisada a gestão ou quem de direito e, pelos vistos, nada continua a ser feito. Eu próprio já perdi vários transportes públicos, pessoas conhecidas e não só me disseram que também lhes acontece, porque o horário que está fixado em vários pontos não corresponde aos horários certos. Obrigado.”

Vogal João Labrincha (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

“Eu próprio, que felizmente tenho carro, vivo em Quintãs e muitas vezes a Aveiro tratar das minhas coisas e vejo as pessoas na paragem do autocarro, quando regresso de Aveiro as pessoas ainda estão na paragem de autocarro à espera. Aconteceu-me há poucos dias. Relativamente às Bugas, as primeiras estatísticas indicam que estas estão a ser maioritariamente utilizadas por turistas. É urgente pensar neste importante meio de mobilidade para as pessoas residentes, para quem trabalha ou estuda em Aveiro, a começar pelo alargamento do seu horário de funcionamento e pela colocação de docas de estacionamento fora das zonas turísticas.

Apelamos também para serem revistos os preços de utilização. O serviço público e de utilidade pública deveria ter um valor abaixo dos preços praticados por privados a operar noutras cidades e, neste momento, os preços são semelhantes. Além disso, deveriam existir passes gratuitos, direcionados a pessoas com dificuldades económicas.

Relativamente ao desmantelamento de 10 veículos abandonados na via pública, gostaríamos de saudar esta intervenção do Estado na propriedade privada. Afinal, ela não é assim tão sagrada, existem situações em que pelo bem de todas e de todos e Estado tem que intervir.

Relativamente ao fornecimento de refeições escolares. Defendemos que, em vez da adjudicação, as refeições sejam feitas pelo setor público nas próprias escolas ou nas suas proximidades. Recebemos ainda ontem a queixa de mães de estudantes da escola João Afonso que partilharam fotografias dos pratos quase vazios servidos aos alunos que não são autorizados a repetir mais do que a sopa.

Finalmente, gostaria de dar voz aos vários pais que estão indignados e preocupados pelo facto de que a Câmara Municipal ter deixado de pagar as refeições às crianças com necessidades educativas especiais. Antecipando possíveis argumentos aqui evocados sobre que alguns destes alunos não têm dificuldades económicas, cito um dos pais, que nos explica que isso só é uma realidade na aparência. Porque a verdade é que estes arcam com despesas diárias que os pais de crianças neuro típicas não tem. Desde a necessidade de materiais escolares específicos, realização de terapias de todo o tipo, psicomotricidade, medicação cara, psicopedagogos, psicólogos, neuro pediatras, quase todos, apenas disponíveis no setor privado e, portanto, com preços proibitivos para a maioria da população, incluindo para quem vive remediado. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS/PP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁹

“Muito obrigado senhor Presidente. Dois ou três pontos relativamente a esta comunicação. Em primeiro lugar, congratular-me, pela vinda a Aveiro do Conselho de Ministros. É sempre importante que as pessoas saiam da capital e vão a Aveiro, vão a outros municípios, para terem a possibilidade de ver a realidade local, nem que seja sempre visitas curtas, mas é sempre melhor isso do que nada.

Gostava de perguntar Senhor Presidente, relativamente a Avenida da Universidade, é crónico aquela alagar da Avenida quando há chuvadas fortes. Se já está, qual é o ponto de

situação de uma solução para aquele ponto que penso que será dos poucos, pelo menos em meio urbano, a ter problemas deste género.

Congratular-me também, finalmente, com a substituição da Ponte pedonal do Parque. Na nossa opinião, esteve demasiado tempo encerrada aquela ponte, dando alguma imagem de algum desleixo relativamente à manutenção daquele tipo de equipamento.

Quanto aos transportes públicos urbanos, parece-nos uma boa ideia, a linha urbana, que faz a circular, pela descrição que vi, vai passar em zonas não cobertas e, portanto, é bom que esta linha avance e é bom que seja monitorizada, porque provavelmente havendo mais opções e eu relembro que já há uns 30 anos, 25 anos, houve uma linha desse género com os autocarros mais pequenos, que passavam mais vezes e que teve algum sucesso.

Também me parece que a utilização do transporte público passa pela frequência e pela ida a zonas que não estão cobertas. E, portanto, espero que esta linha tenha sucesso.

Também é uma questão que eu gostava de colocar relativamente a transportes públicos e que é uma solução que existe nalgumas cidades há muitos anos e que tem a ver, para além dos horários afixados, tem painéis informativos do tempo de espera para a próxima carreira. Tanto quanto ouvimos na apresentação do Aveiro Steam City, hoje em dia os autocarros estão equipados com dispositivos que permitem monitorizar a sua localização em tempo real. Esta aplicação existe há muitos anos, eu conheço-a de Bolonha há uns 20 anos, hoje certamente é muito mais fácil e muito mais barato que era na altura, e apesar da escala do município não ser assim tão grande, parece-me que seria do ponto de vista de informação bastante importante e bastante mais fácil do que estar a consultar os horários que estão afixados.

Por último e é um problema que se tem verificado muito ultimamente em Aveiro e que me parece que deveria haver alguma atenção, pelo menos se a PSP não o faz pela Polícia Municipal. Continuamos a ver trotinetes, bicicletas, as motoretas elétricas, a andar em passeios, andar em contramão. Eu sei que é difícil porque não tem matrícula e é difícil apanhá-los, mas é uma preocupação. Porque esses veículos não têm seguro, podem causar transtornos, podem causar acidentes e acho que devia haver uma ação mais forte, não digo multar as pessoas, mas pelo menos obrigarem a irem pelo caminho normal. Acho que isso seria útil e que poderia evitar algum tipo de acidentes. Disse.”

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

“Neste ponto da Actividade Municipal, nestes últimos meses, tivemos como é fácil constatar por todos, um Município em obras. Um Município em boas obras, mas claramente um Município em velocidade de cruzeiro onde as obras materiais e imateriais se vão fazendo em simultâneo com o decorrer da vida, podendo nós dizermos “abençoados os incomodados com as obras”. Mas neste período há 2 ou 3 assuntos que queria destacar. Primeiro Jornadas Mundiais da Juventude.

As jornadas Mundiais da Juventude decorreram em Lisboa, mas tiveram pelo país a sua semana de preparação. Queria aqui deixar registado a forma, a maneira como no concelho de Aveiro decorreu essa semana. De forma ordeira, pacata e responsável. Extravasando juventude e alegria por todo o concelho numa verdadeira união entre pessoas, terminando numa tarde de domingo junto ao Edifício da Fabrica Jerónimo Campos numa confraternização para o qual aquele espaço se mostrou diminuto. Um bem-haja a quem organizou e trouxe até nós estas Jornadas.

Segundo o Protocolo/Acordo entre a CMA/Ministério da Saúde.

Talvez o Acordo mais importante feito pela CMA nos últimos 50 anos. Aveiro vai ficar capacitado para dar o salto que durante muitos e muitos anos lhe foi negado, mas sobre este assunto falarei no ponto seguinte.

É de referir, no entanto que, este acordo só foi possível devido à persistência, tenacidade, pressão e bom trabalho levado a cabo por este Executivo e que desta vez teve 2 interlocutores sérios e honestos para com Aveiro, o Dr. Manuel Pizarro e o Dr. Fernando Araújo.

Em terceiro referir-me ao Turismo e requalificação de Aveiro. Este ano e mais uma vez estamos à bica de bater mais um record na área do Turismo. Mais turistas, mais visitantes e mais dormidas os números ainda não são finais, mas todos apontam para que assim seja.

Acreditamos no PSD que este crescimento não é obra do acaso, mas sim fruto de opções políticas do executivo e da maioria. Acreditamos que o crescimento de Turistas tem muito a ver com as obras de requalificação levadas a cabo e as que ainda estão em curso que fizeram despertar nos Turistas o nome e a procura por Aveiro para desfrutar e por cá ficar.

Queríamos também dizer ao Executivo, o quanto foi positivo não parar as obras do Rossio, pela irresponsabilidade que teria na perda de financiamento implicava. Porque em nada, bem pelo contrário, inibiu os Turistas de visitar Aveiro. Quase que apetece voltar a dizer “abençoados os incomodados com as obras”.

Claro que não foram as obras no Rossio que contribuíram para este acréscimo de Turistas. Todo o grande manancial de obras de requalificação que nem sempre tiveram o apoio de todos, mas com a tenacidade deste executivo e o querer dos Aveirenses foram sendo feitas.

Hoje Aveiro é, mesmo em tempo de obras uma cidade e um concelho procurado pelos turistas e que apresenta também para os Aveirenses uma melhoria da sua qualidade de vida.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[042](#)

“Muito boa noite. Senhor Presidente, cumprimentar a mesa, cumprimentar o executivo, bem como todos os presentes e aqueles que assistem a esta sessão da Assembleia Municipal através das redes sociais, através da Internet.

Senhor Presidente, o Senhor Presidente sabe que tenho uma grande estima por si, uma grande consideração, acho que tem sempre sabido elevar a Casa da democracia, hoje neste ambiente escolar, mas hoje efetivamente trocou-nos as voltas. Não sei se deu conta, mas enquanto o relatório da atividade municipal reporta-se à data de 13 de Junho, na convocatória vem dia 17 de Junho. Isto é um problema, é um problema, porque com este executivo de facto 4 dias fazem muita diferença. É que aconteceu muita coisa no nosso município, senão vejamos. Ao nível de número de visitantes e que já aqui foi referido, a média de visitantes que nós tivemos naquele período de mês e meio que iniciou a 16 de Junho. Nós temos 277 visitantes por dia e, portanto, nos 4 dias estamos a falar de cerca de 1100 visitantes e coisas a acontecer. No próprio dia 13 de Junho deram-se início aos trabalhos de requalificação da rua Doutor Mário Sacramento, um investimento da Câmara de 1 milhão de euros. Se nós falarmos só a partir de dia 17 perdemos isto, não pode ser. Depois também gostaria de dizer que no dia 16 de Junho e o próprio Presidente já aqui o referiu há, de facto, a assinatura do protocolo com as Associações, que é uma marca deste executivo, que muito mais do que um ato formal de assinatura, traduz aquilo que é uma cultura de apoio, de forte apoio às associações, de acreditar que estes movimentos cívicos fazem a diferença e que, de facto, e muito bem, devem procurar a sua autonomia financeira, não ficar excessivamente dependentes dos apoios da Câmara, mas efetivamente a Câmara aqui num investimento de quase 900 mil euros, assina este protocolo em 16 de Junho. Também no dia 16 de Junho, portanto, antes do período a que se reporta a ordem de

trabalhos, houve inauguração da Escola do Paço. Que eu com muita pena não pude ir. Mas fiz questão à posteriori, num fim de semana, de ir visitar a Escola. Obviamente não consegui entrar, mas para ver, de facto, a obra que ali estava e é notável. Não sei se a maioria das pessoas já lá passou ou se teve oportunidade de ir à inauguração, mas de facto, é mais um daqueles exemplos de grande aposta que este município tem feito a nível do Parque Escolar. E que está claramente visível numa obra de excelente qualidade, com condição para toda a comunidade escolar e é aqui que se faz a diferença.

Por último, a atribuição dos prémios também no protocolo da Universidade e da Câmara Municipal de Aveiro, que me parece muito importante. E também no dia 16 de Junho há a atribuição de mais apoios através do Fundo de Apoio Municipal a 7 famílias e 13 cidadãos. Isto também é importante porque mostra que, num numa fase e no momento de complexidade do país está a viver com esta crise inflacionista e este baixíssimo poder de compra que os portugueses têm, a Câmara aparece e diz que está presente no apoio àqueles que são os mais desfavorecidos.

Muito rapidamente, também mencionar uma coisa que eu acho sempre relevante, que é o esforço que o município tem feito ao nível da habitação social. Fala-se muito, está na ordem do dia, toda a gente fala sobre isso e, de facto, temos neste relatório inícios de trabalhos de recuperação de 52 frações devolutas e que o município deu o pontapé de saída, agora, para esta recuperação destas frações. Isto foi em Santiago, Cacia e em São Jacinto 4 moradias. Isto em cima dos 21 edifícios que no bairro de Santiago já estão totalmente recuperados e que começaram o seu processo desde o primeiro mandato em 2013, com uma Câmara em pré-bancarota.

Para acabar todo a panóplia de obras que estão em curso: a Mário Sacramento, a 25 de Abril, o Rossio que já foi aqui falado, a ponte de pau que está também em franco estado avançado em termos de obra, e a rua José Gomes Fernandes, que quem já lá passou está já a ser pavimentado e, portanto, deve estar por dias a sua inauguração.

A compra do terreno para a Unidade de Saúde Requeixo/Nossa Senhora de Fátima/ Nariz, vai entroncar com o ponto 3 desta ordem de trabalhos, mas é claramente um passo também muito importante e, acima de tudo, que mostra e mesmo com a questão do Parque de São Jacinto, é que tudo está a acontecer e há um corrupio de obras e de projetos a lançar e, portanto, a Câmara está de parabéns uma vez mais com este relatório que mostra exatamente essa dinâmica.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴³

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰⁴⁵

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰⁴⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“Muito obrigado a todos. João Nabais, só para lhe dizer que em relação ao rácio dos assistentes operacionais, nós cumprimos. Estamos com problema, aliás, é um problema nacional, há uma rotação absolutamente excessiva de entradas e de saídas, hoje o número de assistentes operacionais que sai nas escolas é demais. Pessoas que se qualificaram com licenciaturas e que se candidatam e ganham outros concursos. Pessoas que não estão para viver aquela tipologia de vida, etc. Há vários casos. Temos uma excessiva rotação, esgotámos a lista do primeiro concurso, fizemos um segundo, já vai com bom índice de utilização, pronto, mas estamos bem. Embora sempre com esta luta de responder ao drama dos atestados médicos. Tenho dito muitas vezes, é um tema que quase não se pode falar em Portugal, mas o drama dos atestados médicos continua a ser um problema grave. Enfim, o

Governo tomou uma medida que é um contributo positivo, mas muito tímido, de não ser preciso atestado para baixas com menos de 3 dias, mas, enfim, o atestado médico é um absurdo, é um custo grave para os portugueses, e aquilo que chegava era a declaração de honra do empregado ao empregador e, em caso de falta de despedimento, indemnização ao Estado e acabou a conversa e nós aumentaríamos de forma relevante a produtividade. Mas enfim, achamos muita graça a isto, mas é um problema António, não vale a pena ter ilusões. É um problema que nos custa muito, mas temos gerido globalmente bem, mantendo aquilo que queremos, que é o rácio sempre utilizado a 100%. Depois, obviamente, com as falhas, nomeadamente provocadas pelas ausências com atestado médico.

O Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, que estamos a desenvolver, não quer nada com o PU Polis. O PU Polis foi um nado-morto, foi um excesso, e eu não quero provocar mais artigos no diário de Aveiro sobre essa matéria. A vida tem sempre razão. O Plano era fantástico, arquitetos fantásticos, Câmara fantástica, tudo fantástico. Menos mal.

Ainda agora vamos ter de gastar para aí uns 3 milhões de euros para qualificar o muro foi uma das obras bem feita, mas que hoje está incapaz de suster as águas que inundam os terrenos da lota antiga que queremos ter como nossos. Não sei se passaram por lá na maré viva alta de final de Agosto e se estivessem em cima da ponte, se quiserem as fotografias eu partilho, do lado esquerdo, no Cais do Sal, a água estava bem longe, mas do lado direito da lota estava tudo inundado.

E, portanto, vamos ter que elevar a cota daquele muro, que na altura foi uma boa obra, mas sem visão de futuro, como era tão normal naquela altura.

E, portanto, nada do PU Polis é assumido para o novo Plano de Pormenor do cais do Paraíso.

Quanto ao Rossio, só deixar uma nota. Ele não precisa que eu o defenda. É um excelente empreiteiro, ligeireza é coisa que não temos do nosso empreiteiro. Temos um empreiteiro de grande qualidade, de grande competência, ouçam a obra do Rossio feita por um empreiteiro de mediana qualidade seria um inferno para durar para aí uma década. Temos um excelente empreiteiro. Lembrem-se dos traumas que vocês tinham, que alguns de vocês trouxeram cá, da célebre obra que demorou 5 ou 6 anos do parque de estacionamento do Marquês. Lembrem-se? Vejam o quão diferente é a obra do Rossio. Mas uma das diferenças, eu diria a principal é a qualidade do empreiteiro que nós temos. Que além do mais é uma pessoa aveirense. É uma empresa aveirense com quem podem falar e seguramente muito de vocês conhecem os seus donos e os seus responsáveis.

Quanto a São Jacinto não vale a pena esse tipo de conversa. São Jacinto tem que mudar de vida. São Jacinto é a terra da falência. Faliram os estaleiros, faliu não por motivos financeiros, mas ambientais, a extração de inertes. Faliu, ainda não faliu, mas está quase o Regimento de Infantaria n.º 10. Faliu o Parque de Campismo. Faliu a Junta de Freguesia, faliu o Complexo Desportivo, faliu o apoio de praia, porque já não há empresa que lhe pegue. É a terra da falência. Aquilo que nós trouxemos para São Jacinto e agora, finalmente, com uma junta de Freguesia como deve ser, competente e com qualidade. É ordem, é rigor, é competência, e acabou a aldrabice e acabou a má gestão.

É evidente que não vamos conseguir pôr os estaleiros lá outra vez a funcionar ou pôr 2000 militares onde estão 150, etc, etc. Mas vamos conseguir investir muito dinheiro no Parque de Campismo, com qualidade; investir no complexo desportivo e dar qualidade, deixar de ter uma Junta má pagadora, que dá fama à terra, e que faz ter um efeito dissuasor brutal sobre tudo e sobre todos. Porque a notícia sobre São Jacinto é sempre má. Mas chegou a qualidade a São Jacinto. Eu espero é que pessoas como o senhor Nabais, que já devia ter metido na sua cabeça de que São Jacinto não o quer para governante, não precisa da sua ajuda. Já lho disse várias vezes Vexa continua a não querer entender — coisas de

comunista que têm dificuldade em perceber completamente a democracia, mas fica a certeza absoluta, que a qualidade dos transportes públicos vai aumentar.

Vocês lembram-se bem do que passámos quando ativámos a Aveiro Bus. Só ao quarto mês conseguimos pôr ordem na Aveiro Bus, mas foi um inferno. Tivemos um problema complicado porque a Aveiro Bus foi ativada em época alta de transportes. A MoveAveiro e a Transdev deixaram de operar no dia 31 de Dezembro e a Aveiro Bus começou no dia 1 de Janeiro.

A BusWay tem uma vantagem, começou em época baixa, 1 de Agosto. Baixa em termos de transportes, porque por exemplo, em algumas carreiras, nomeadamente para a Barra e Costa Nova, aí apanharam a época alta das praias. Mas vamos continuar a trabalhar. Confiamos na Aveiro Bus. Ainda há problemas para resolver na Aveiro Bus. Estamos no sétimo ano da concessão, temos um balanço positivo. Vamos apresentar um dia destes o crescimento importantíssimo de utilizadores de AveiroBus. Aquela coisa que passa na paragem estão lá as pessoas que ficaram lá a tarde toda, ali o Labrincha viu quando passou de mota, é tudo ou ficção ou problemas pontuais, porque existem problemas pontuais.

Agora que cada vez há mais cidadãos a usar AveiroBus é um facto. Vamos trazer a uma das próximas reuniões de Câmara o dossier já formal, tudo prontinho, para aumentarmos a oferta. Queremos que esteja implementada, pois temos que ir buscar o Visto ao Tribuna de Contas e queremos implementar no início do ano 2024, o mais próximo possível do dia 1 de Janeiro. É este o trabalho que estamos a fazer na BusWay. É uma operação de transferência brutalmente complexa, é o grupo Transdev a perder uma posição, mas não é só o grupo Transdev, eram 7 empresas que operavam estas linhas. Linhas sem rei nem roque, que ninguém fiscalizava, que o autocarro passava quando queria, que as licenças nacionais eram incumpridas há décadas, e que ninguém sabia de nada, porque o Instituto de Lisboa que tomava conta não tomava conta de coisíssima nenhuma.

Nós agora sabemos, tudo, sabem porquê? Porque tomamos conta. E sabemos que houve um acidente com o autocarro, o que houve um motorista que adormeceu, que houve um motorista que não fez o seu trabalho, que houve uma carreira que tinha gente a mais e carregou o autocarro mais do que o que devia na carreira do Furadouro, uma que não quis carregar e deixei 10 alunos na carreira da Torreira para Estarreja. Nós hoje sabemos tudo. Porquê? Porque a comunidade intermunicipal é que fiscaliza e sabemos tudo.

Com tranquilidade temos problemas para resolver, vários. Na linha 36, na linha 6, na linha 15. Temos vários problemas para resolver. Mas comparar a dimensão quantitativa e qualitativa dos problemas neste mês e meio de BUSWay com os 3 meses da AveiroBus é comparar uma formiga com um elefante.

Vamos continuar focados em pressionar o nosso concessionário para que os problemas que ainda existem se resolvam. Isto no mundo da informática digital é tudo muito bonito. Temos as melhores empresas do mundo que gerem a plataforma da bilhética destas duas empresas. Estamos a falar de multinacionais e a Transdev é uma das empresas maiores da Europa e BusWay pertence a grupo israelita que em Israel é o maior operador de transportes. Tem acesso à melhor tecnologia do mundo. Mas ainda hoje temos problemas nas plataformas. Ainda ontem, não sei se milhares, mas centenas de alunos andaram sem pagar, porque os sistemas de leitura do passe ainda não estão a funcionar. Mas ninguém deixa de usar porque a empresa tem que assumir a responsabilidade.

Estamos a trabalhar, vos garanto que vamos atingir o patamar de qualidade que está definido, como concedentes, exigentes que somos, como gente da responsável que tem que fazer trabalho de equipa com os seus parceiros. E é assim na Aveiro Bus e é assim BusWay. Não vale a pena António. Foi aquilo que nós tiramos de ilação andarem autocarros a passear motoristas. Porque aquilo que nós decidimos quando acabámos com a linha 13 para fundir na linha da Transdev e que agora se chama na BusWay linha 36, foi porque

uma percentagem muito alta, superior a 50% dos nossos autocarros, andavam a passear o motorista. E nós somos bons gestores, o dinheiro é público, há muito dinheiro, são milhões de euros que financiam esta operação do orçamento da Câmara e do Orçamento do Estado e, portanto, temos que ter juízo e tomar medidas com qualidade.

Não pode faltar o serviço aos cidadãos de São Jacinto, nem pensar. Os erros que existiram já fizemos o comunicado, já assumimos a responsabilidade, tudo direitinho.

A Transdev, operadora do ferryboat, do velho e do novo, vai continuar a ser e que embora magoada porque perdeu a concessão para o Grupo AFIFI, vai ter de cooperar com o grupo porque a linha BusWay joga obviamente na ligação de ir e de voltar a São Jacinto.

Portanto é neste quadro de rigor, de trabalho, de humildade, na consciência dos problemas, mas no trabalho para os resolvermos, que nós estamos e vamos continuar a estar.

Gabriel o benefício destes investimentos, em comunicação social são enormes. Eu vou dizer-lhe: ok, investimos 20 mil e ganhamos 100! Não. Não há uma conta. Mas não sei se têm ideia de quanto é que custa uma página inteira de publicidade no Expresso? Não sei se tem alguma noção. Não sei se leu a página inteira de informação sobre Aveiro da última edição do Expresso e, portanto, são investimentos que nós entendemos relevantes.

O Expresso é instituição como outra qualquer? Não. É uma instituição especial. Outras são especiais? São. Hoje tive uma mensagem, enfim, tive o gosto, embora a pena do Conselho da Presidência da ANMP, da colega Luísa Salgueiro, ela esteve bem longe embora estivesse connosco digitalmente, e fui eu que presidi à cerimónia de entrega dos prémios de jornalismo do concurso da ANMP e tive que dar uma palavra de solidariedade para com a TSF, uma coisa muito simbólica, muito importante para a democracia portuguesa, muito importante para o papel da comunicação social e para a democracia. Uma instituição importantíssima da comunicação social com 35 anos de existência faz amanhã greve. Eu sei que vocês gostam muito, especialmente os meus colegas autarcas aqui da esquerda e da extrema-esquerda, de me ouvir no “café duplo” da TSF, pois amanhã não vão ouvir porque a greve da TSF não permite que haja a sua programação normal.

Mas temos muito trabalho com a TSF, temos muito trabalho com a TVI, temos muito trabalho com a SIC. Ainda hoje às oito e meia da manhã estava numa entrevista à SIC. Etc, etc, etc. O jornal Expresso é uma instituição. Desafiou 18 capitais de distrito a receberem a sua exposição, a ter uma conferência, a gravar cá o “Expresso da meia-noite”. Quanto é que isto vale de se fôssemos fazer uma conta, Gabriel? Não tenho dúvida nenhuma que vale muito mais que 20 mil euros. Mas a conta não é uma conta direta de um exercício matemático que se faça só de uma linha.

Quanto aos 90 mil euros é o contrato de impressão de um ano da AveiroOn. Nós a AveiroOn é uma publicação com formato digital e com formato papel. Nós entendemos que para aceder a certos públicos, nossos residentes, turistas, alojamento local, o formato papel é muito importante, E o formato digital existe, está ao dispor de todos, mas nós entendemos que uma agenda de eventos, que o boletim municipal, tem que ter formato digital, como tem, já o podem consultar, mas ainda não tem a impressão ao vosso dispor. Vai estar um dia destes. Portanto é uma aposta nossa. Achamos que essa base desse formato é também importante para um conjunto de públicos que queremos também tenham acesso a essa informação.

Quanto ao ano letivo e ao apoio dos ANEE Aquilo que aconteceu na redução foi respondermos a uma chamada de atenção do Ministério de Educação, da ilegalidade que a Câmara estava a fazer. O que nós estávamos a fazer no que respeita à alimentação, aos manuais, ao material escolar e às tecnologias de apoio ao ensino, era gratuidade total. Foi-nos chamado a atenção para não ser incorreto vou ler, que estávamos a cometer uma ilegalidade grave, porque estávamos em incumprir o Despacho n.º 8.452-A de 2015, de 31

de Julho. *Que é que diz o despacho? Diz que os ANEE pagam na razão daquilo que é a análise social de cada um.*

O facto de ser uma família que tem um aluno NEE não quer dizer que seja uma família que não tenha recursos. E, portanto, foi-nos chamado à atenção, que o que estávamos a fazer era ilegal, tem que corrigir, tem que passar a aplicar o Despacho. O Despacho está agora a ser aplicado. É verdade que há famílias que estavam a pagar zero e que agora pagam alguma coisa. Mas em regra quando o seu escalão de rendimento é baixo, pagam de um nível mais baixo os apoios que estão agregados a esse nível. É de escalão A por exemplo, não paga refeição, é escalão B paga metade, se não é de escalão B nem A paga tudo.

Nós passámos a cumprir porque fomos chamados atenção que estávamos a cometer um ato ilegal e corrigimos com toda a humildade.

O Rossio. Não há perfeição nenhuma. Não há cá perfeições. Houve comerciantes que disseram, porque nem toda a gente é contra, não é, depois a malta é que fala mais do que foi, que foi o melhor período que podíamos ter escolhido. E é fácil de ver, não é. É o período de maior faturação. Se eu no meu período de muita faturação, muito acima do normal dos outros eu perco uma parte da clientela, eu continuei a ter faturação alta.

Se eu vou fazer isto no período de baixa faturação, eu vou afetar o meu período de mais baixa faturação. Pronto, é uma forma de pensar. Há gente pensa assim e eu também falo com os comerciantes, não são só vocês. Eventualmente eu sou capaz de falar mais do que qualquer um de vocês e, portanto, foi bem escolhido. Mas tínhamos outros constrangimentos porque temos que acabar a obra antes do fim do ano. Não podemos dar-nos ao luxo de perder 3 milhões de euros de financiamento comunitário. E daqui para a frente, toda a gente vai perceber, já vão percebendo, especialmente aqueles que não perceberam que o Rossio fica com espaço público de grandíssima qualidade e, portanto, quem lá tem operações já estava bem, continua bem, fica muito melhor, porque os anos tirando a pandemia foram muito bons, e, obviamente, vai continuar a estar muito bem. E as lógicas crescentes nos anos que temos pela frente, incluindo em primeiro lugar o ano 2024, com Aveiro Capital da Cultura.

Quanto ao curso de Medicina, não se meta nisso. Nós temos uma interação permanente com a Universidade, nomeadamente com o Senhor vice-reitor Prof. Artur Silva, que é o gestor da operação para o curso de Medicina. Temos interações permanentes, conversas regularíssimas, apoio naquilo que é preciso. É uma pressão da Universidade, mas não há cá essa coisa de quem tem a responsabilidade se chumbar! Não. O trabalho da nossa Universidade com o nosso apoio, aquilo que eu já falei com o primeiro-ministro de Portugal, o primeiro-ministro de Portugal tem que ser primeiro-ministro de um país honrado. E se o primeiro-ministro Portugal disse a Portugal que é preciso um curso de Medicina, nas Universidades públicas de Aveiro, de Évora e de Vila Real, se isto é uma democracia quem manda é o primeiro-ministro de Portugal. Não é nenhuma entidade que acredita cursos. Porque se chumbou a Aveiro e se chumbou Vila Real, e as duas Universidades recorreram, não chumbou Évora, porque Évora ainda não conseguiu apresentar a candidatura. O chumbo por esta entidade não interessa, se isto, de facto, ainda é um estado de direito democrático. Quem lidera na governação é o primeiro-ministro. O que é preciso é dizer ok. Universidade de Aveiro o que é que falta para melhorar a sua candidatura e ficar reconhecida como boa. Mas tem lá uns aspetos a,b,c,d, Então nós como país, como Estado, vamos ajudar a Universidade de Aveiro, a Universidade de Aveiro é Estado. Ó Universidade vamos mudar o aspeto a,b,c,d, para que quem acredita possa dar nota positiva.

É reconhecido e é público que a proposta de Vila Real tem menor qualidade. Mas é muito importante para a UTAD e para Vila Real, o curso de Medicina. Então o Estado, e a UTAD também é Estado, ó Universidade vamos aqui ver o que é que é preciso. Ó autoridade ajude

aqui, o que é preciso fazer para melhorar isto? Se isto é um país em que quem governa é o primeiro-ministro e não é um circo. Se o primeiro-ministro disse o que disse, só para fazer circo e notícia e agora se há curso ou não curso, que se lixe! Fazemos notícia porque vamos formar mais 7 médicos, entraram mais 7 caloiros dos mil e não sei quantos, o que é ridículo. Nós se somos uma democracia, temos que ajuda unidade do Estado, a Universidade de Aveiro, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, pelo menos para já, para verem o que falta, para termos curso de Medicina. Não há jogo aqui de culpados.

Existe é um país que tem um problema dramático de falta de médicos, que anda a importar Cubanos, nada contra, precisamos deles. Mas esperem, temos tantos jovens portugueses querem ser médicos, por que é que não os formamos? Por que é que não assinamos contratos com eles de que fiquem, em vez desta medida ridícula de devolver a propina. Porque é que não pagam a propina e assinamos um contrato que tem que trabalhar cá durante x anos?

Sabem que em França, no interior de França também existe aldeolas em que o estado paga principescamente aos médicos, de forma absolutamente extraordinária, dá-lhes casa, dá-lhes um conjunto de regalias para eles estarem lá.

Portanto, nós temos é que ter estratégia e não andar aqui com um paleio para ter a notícia agradável para o dia de amanhã. Nós precisamos de medidas realistas e fortes, para que o dia de amanhã e de depois de amanhã, tenha a qualidade que é precisa. E é preciso que isto seja um país em que se governe e em que não se ande a dar notícias apenas para ser notícia.

O Plano da Igualdade é obrigatório? É. No entanto aquilo que o tronou premente no nosso caso é que a União Europeia para algumas candidaturas passou a torná-lo obrigatório. Não há Plano de Igualdade, as candidaturas nem sequer são admitidas. E calhou-nos um processo destes. Eu disse é pá, já o devíamos ter feito. Sim, mas agora tem que ser. E, portanto, é uma questão que tem uma utilidade instrumental. É por ali que vamos resolver os problemas da igualdade? Não. As questões da igualdade são trabalhadas por cada um de nós, indivíduos, na relação interpessoal. Quantos dos nossos cidadãos vão ler o Plano Municipal da Igualdade, que vai ser excelente. Quantos vão ler? Não vale a pena porque a nossa previsão há-de ser muito parecida.

BUGA para a frente. Estamos a melhorar. Ainda há um aspeto que ainda não foi resolvido, mas que está a andar. É positivo termos a BUGA gratuita. Temos esta paga, estão a funcionar bem as duas. É evidente que à PS é tudo gratuito e depois a Câmara vai à falência. Sabemos que a especialidade do Partido Socialista na Câmara de Aveiro e na Junta de São Jacinto é a falência. Portanto é à PS. Lutaremos a chamar a atenção para o Partido Socialista continuar a ser igualzinho. Vota-se para a frente a Despesa, morte à Receita, e falimos a instituição!

A seguir há-de vir a rapaziada social-democrata e resolver o problema, porque nós fomos passear para a praia.

Por falar em praia. Francisco Picado, não se esqueça que a praia da Barra é uma praia excelente, mas nunca se esqueça que em termos de trânsito está-se melhor em São Jacinto.

Em relação aos Bio-resíduos dar-vos conta que o processo está a andar, no entanto, há muitos problemas nos resíduos. Aliás, ainda amanhã há uma importantíssima reunião da delegação da ANMP com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, por causa dos custos absurdos.

Por causas dos aterros, como o nosso, não terem capacidade hoje. Se nós todos os 36 seis municípios da ERSUC formos lá pôr os bio-resíduos que estão nas metas, não temos hipótese nenhuma. 80% ficam à porta, não podem entrar.

Portanto é um processo que está em construção, mas há muitos problemas para resolver. Portanto nós preferimos um mecanismo gradualista, correto. Estão também em revisão as

próprias metas que estão definidas no plano estratégico nacional estão em revisão, para também terem realismo, para a malta não andar com números absurdos. E é por aqui que estamos a trabalhar em equipa com os parceiros e também pressionando o Governo. Porque os custos (e vamos falar sobre isto no dia destes aqui na Assembleia), os custos que estamos a ter na taxa de gestão de resíduos e no tarifário, são absolutamente incomportáveis.

Em relação às bicicletas e trotinetes, só uma nota, inspirado naquilo que disse o Jorge Greno. A vida não é fácil, como sabemos todos. Eu ontem, enfim, fui o segundo cidadão a chegar para apoiar um senhor que aparentava ter anos 70 anos, que embora estando uma ciclovía a 5 metros dele, ele circulava no meio dos carros naquela rotunda junto do Centro de Congressos. E não sei exatamente se foi ele que tocou no carro ou se foi o carro que tocou neles, mas caiu, caiu de cabeça diretamente no alcatrão.

Por que é que aquele cidadão não andava na ciclovía que está lá? Não a viu. Não quero saber. A Polícia não multa. Não multa uma pessoa que anda na estrada e tem uma ciclovía lado, é um exercício de liberdade. Isto é um país absurdo em termos de regulamentação e de atuação policial e pronto. A moda das trotinetes, lembram-se que fomos muito criticados por certos partidos aqui, por não querermos sistemas trotinetes sharing? Olhem, Paris acabou de determinar o seu fim. Paris chegou a ter 20 mil trotinetes em sharing, entretanto uma certa altura reduziu para 15 mil e agora decidiu, acabou a sinistralidade, o granel provocado, a falta de regras do pior possível.

Portanto é sempre um exercício que temos para melhorar. Mas atenção, a cidadania, o comportamento de cada um de nós é absolutamente fundamental. Para que o espaço público seja um espaço positivo e não um espaço de acidente que eu por desgraça ontem assisti. Aliás a bicicleta do Senhor está recolhida por nós no Centro de Congressos, enfim, tivemos que dar a ajuda possível, além das equipas médicas e de bombeiros que tiveram que atuar para ajudar a resolver o problema.

As obras. Já falei nisto, mas dar uma nota muito simples. A Emprbuild é o empreiteiro do pavilhão que nós chamamos de Alavário, da piscina que nós chamamos dos Galitos, embora sejam da Câmara por empréstimo de 20 anos, porque são do IPDJ. É uma empresa que atualmente tem muitas obras connosco. Fez a Póvoa do Paço, foi deles, fez Azurva, tem estas duas e ganhou a Ponte de madeira no Infante D. Pedro. Tal como já se aqui foi que falou da ponte no Infante Dom Pedro, e vai amanhã a reunião de Câmara a obra que nós chamamos de escadaria do Távora. Uma obra super complexa que ali temos para resolver problemas estruturais. Portanto é uma empresa que tem mais obra do que aquilo que é capaz de fazer, mas que tem vindo a fazer. E a Póvoa do Paço está muito bem. Mas não tem capacidade de carga para tanto. Mas não tanto no pavilhão, mas na piscina, já disse isto, depois de a obra começar a descoberta de problemas que não puderam ser cadastrados no projeto é mau demais. E nós não podemos, eu prefiro gastar mais milhares de euros depois podemos fazer as contas, mas é muito dinheiro mais, do que termos depois de assistir a mortes por eletrocussão ou ter caído mais um pedaço de teto falso com gente a nadar na piscina. Porque caiu uma parte, felizmente num dia que não estava lá ninguém a nadar, etc, etc, etc. está tudo porreiro porque não morreu ninguém, porque se estivesse morrido não era muito fácil estar aqui a discursar. Como não morreu felizmente, mas nós não vamos deixar a piscina rota, mudar meia dúzia de azulejos quando devemos mudar todos, deixar a bateria técnica de filtragem de bombagem, como estava mais ou menos, não vai ficar 100%. Portanto preferimos gastar mais tempo, é verdade. Gastar muito mais dinheiro, mas quando entregarmos a piscina ao Galitos, quando voltarmos a abrir ao público, ela tenha a qualidade que nunca teve. Eventualmente, nem quando começou e era nova, ele teve tanta qualidade como vai ter agora.

Portanto é neste quadro que nós estamos a trabalhar e a financiar, porque o Galitos e o Sporting Clube de Aveiro estão a receber mais dinheiro da Câmara que normal, porque nós participamos nos custos adicionais que eles têm. Como gente parceira que somos e, portanto, também queremos muito voltar a entregar estes pavilhões porque vamos baixar a nossa estrutura de custos porque há uma parte que não é para a atividade desportiva, é para as contrariedades logísticas que os dois clubes têm por não terem estes dois edifícios a serem utilizados por si.

Terminando, agradecer todas as palavras dos colegas autarcas do Partido Social Democrata. Uma nota positiva para JMJ. Foi tão bom. Quanto dinheiro valeu não faço ideia nem quero saber. Para a terra, para o conhecimento do território, para a dinamização de tanta gente que sabe que voltou a dar valor ao que é ser voluntário, ou que é ajudar os outros, ou que é falar inglês ou não falar a língua nenhuma, mas perceber que o mundo é muito além de nós, foi uma coisa de uma importância brutal na sua dimensão estritamente aveirense e, obviamente, na sua dimensão internacional. Para crentes terá sido ainda mais importante, mas para não crentes nesta dimensão de sermos cidadãos do mundo, da profusão das culturas, foi seguramente também um conjunto de momentos da maior importância.

Não queria deixar o Pires da Rosa no que respeita lá às lombas do Élio. Há um problema pela forma como tudo aquilo foi construído. E hoje desmontar tudo aquilo é uma coisa diabólica em termos do processo construtivo e do custo.

Aquilo que pedi foi para em vez de desmontar as 3 lombas absurdas, intermédias, é podermos fazer um enchimento complementar para que elas desapareçam, não porque as cortamos, mas porque enchamos os espaços vazios. Vamos ver se daqui vamos uma solução para acabar com aquele absurdo. No tem a ver com as ambulâncias, tem a ver com o absurdo que lá está objetivamente. Obrigado pela tolerância.”

Vogal João Labrincha (BE)⁰⁵⁰

Presidente da Mesa⁰⁵¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵²

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação da Informação sobre a Atividade Municipal.

Continuando, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁵³ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião da sessão, informando que a Sessão continuará no dia 27 de Setembro (quarta-feira), na sede da Assembleia.

Eram 23:45 horas do dia 19 de Setembro de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)